

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

ANTÔNIO POLLI MENDES PEREIRA

**COLETIVIDADE, SUBJETIVIDADES E DIFERENÇAS:  
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

SÃO CARLOS -SP

2025

ANTÔNIO POLLI MENDES PEREIRA

**COLETIVIDADES, SUBJETIVIDADES E DIFERENÇAS:  
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de licenciado em Educação Especial.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral

São Carlos-SP

2025

## DEDICATÓRIA

Para essa minha grande família...

Ao meu Pai, Rodrigo, mais que uma presença, um exemplo na luta diária em um mundo desigual e (des)humano, de quem aprendi a lição de que amar é a melhor forma de combater as injustiças que nos cercam.

À minha Mãe, Patrícia, berço de ternura e de bondade, de quem aprendi o amor sincero que reside no ato de cuidar do próximo, amor esse (mater)ializado mesmo antes de minha vinda para esse mundo.

Para meus irmãos... com que divido o chão e o teto desse mundo em constante transformação. Meus companheiros de luta e minha rede de apoio para toda a vida. Minha eterna gratidão.

Aos meus avós... Vô Polli [*In memoriam*], meu primeiro parceiro de boteco, que me ensinou que a felicidade se encontra nas coisas simples da vida, como pão com mortadela frita, purê com "sarchicha", jogo do Corinthians, etc...

Vô Antônio [*In memoriam*] homem e doutor de grande estima que me legou seus livros, seus filmes e vivências, de onde guardo conhecimento, cultura e sábios de conselhos de quem bem-viveu a vida.

Vó Marly [*In memoriam*]...Quando olho para trás, vejo como Deus foi grandioso ao colocar você em minha vida, difícil explicar sua partida, terno relembrar seu amor.

Vó Salete, amiga leal que me acompanha por toda a vida, sua fidelidade e carinho são exemplos de que, apenas persistindo é que se pode colher o que há de mais belo na vida.

**...Vocês são a ancora que me sustente e maré que me encaminha**

## AGRADECIMENTO

*“Ói, ói o trem, vem surgindo de trás das montanhas azuis, olha o  
trem*

*Ói, ói o trem, vem trazendo de longe as cinzas do velho éon  
Ói, já é vem, fumegando, apitando, chamando os que sabem do trem  
Ói, é o trem, não precisa passagem nem mesmo bagagem no trem*

*Quem vai chorar, quem vai sorrir?*

*Quem vai ficar, quem vai partir?*

*Pois o trem está chegando, 'tá chegando na estação*

*É o trem das sete horas, é o último do sertão, do sertão”*

**RAUL SEIXAS – “O Trem das 7”**

Após muito protelar, chegou temível hora onde o toque suave da memória invade a consciência que, solenemente recorda, os caminhos escolhidos, os momentos vividos, os percalços por onde passamos, os amigos que no presente levamos, e aqueles aos quais, no decorrer da jornada, ficaram para trás.

A fim de não cometer nenhuma injustiça. Dedico esses primeiros parágrafos aqueles amigos, que a companhia e o amor pela vida contagiam e cativam de maneira que, sem ser, são parte da família.

Falo de vocês...Fabiana, Vinícius, Eunice e crianças. Minha segunda família, sem o acolhimento e o afeto de vocês seria só mais um aventureiro que abandonaria o percurso no meio jornada. Foram minha força para enfrentar os primeiros grandes desafios da vida adulta. Uma grande obra do destino esse nosso encontro da “ZL” com o “boy”.

Mário, que durante todos esses anos foi meu leal amigo, confidente e conselheiro. Dos que estavam juntos, você foi que ficou e desde então deu requinte a minha jornada e, por que não, à minha vida.

Dedico a todos os amigos do curso que fiz ao longo dos anos, em especial a

Joelson, amigo desde 2018 com o qual pude ter importantes trocas culturais e sociais, que transformaram minha forma de compreender o mundo e Rafaella, por essa longa amizade sem a qual muitos momentos se tornariam difíceis, continue com esse seu brilho e sorriso que contagia a todos.

Aos colegas da Sociais, Rodrigo e André, amizades valiosas de trocas de conhecimento e afetividade que enriqueceram muito essa minha jornada e esse meu texto. Vocês como ninguém sabem a importância que tem uma pandega, quando o pensamento esta para se perder na imensidão de inquietações que assolam a quem se desafia a compreender o ser humano e sua imensidão.

Aos poetas JASF e Juan, de quem a amizade foi essencial, na busca de ver a vida de uma forma romântica e estética, com todos os seus conflitos e injustiças

Agradeço imensamente a Jorgeane, de quem a amizade e a militância foram inspirações diretas para a presente produção, te conhecer, foi ganhar uma companheira valiosa de luta e pesquisa.

Agradeço também aos professores e técnicos administrativos do curso, sem os quais essa jornada não seria possível, em especial ao Professor Leonardo, que aceitou orientar o presente projeto mesmo em meio a todas as dificuldades envolvidas nas discussões filosóficas e em minha vida pessoal, e também a Cristina Lacerda e Washington Nozu que fizeram a leitura crítica do presente texto.

Por fim, faço um último agradecimento a família Vidal, de quem pude aprender a dar os primeiros passos na vida profissional e, de quem a amizade foi fundamental para a criação de minha identidade enquanto docente.

**Pereira, Antônio Polli Mendes (2025). Coletividade, Subjetividades e Diferenças: A participação política das pessoas com deficiência na universidade pública. Licenciatura em Educação Especial, UFSCar. 93f.**

## **RESUMO**

O presente ensaio teórico objetiva refletir, por meio das lentes de Hannah Arendt e Michel Foucault, acerca da participação política da pessoa com deficiência na universidade pública enquanto atores subjetivos e coletivos participantes das arenas políticas de debate. O estudo considera a deficiência não como um conceito inato e imutável, mas como fruto de uma complexa discursividade envolvendo múltiplos grupos, interesses e dialéticas que colocam em jogo a participação da pessoa com deficiência nos diversos contextos sociais. Nessa abordagem, buscou-se compreender como o avanço da modernidade e sua racionalização científica contribuíram com o surgimento da categoria que, com forte influência do domínio médico, nomeamos atualmente como deficiência. Parte-se da apresentação do movimento social inglês *Disability Studies*, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 e que contribuiu com o deslocamento da concepção da deficiência pautada em princípios biomédicos para a abordagem política e social. Finaliza-se com discussões contemporâneas acerca da universidade pública em seus aspectos político-culturais para a participação da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: modernidade; concepções biomédicas; filosofia política; participação política; educação superior.

**Pereira, Antônio Polli Mendes (2025). Collectivity, Subjectivities and Differences: The political participation of people with disabilities in public universities. Licenciatura em Educação Especial, UFSCar. 93f.**

### **ABSTRACT**

This theoretical essay aims to reflect, through the lens of Hannah Arendt and Michel Foucault, on the political participation of people with disabilities in public universities as subjective and collective actors participating in political arenas of debate. The study considers disability not as an innate and immutable concept, but as the result of a complex discursive process involving multiple groups, interests and dialectics that bring into play the participation of people with disabilities in various social contexts. In this approach, we sought to understand how the advance of modernity and its scientific rationalization contributed to the emergence of the category that, with a strong influence from the medical field, we now call disability. It begins with a presentation of the English social movement Disability Studies, which took place in the 1960s and 1970s and contributed to shifting the conception of disability from biomedical principles to a political and social approach. It concludes with contemporary discussions about the public university and its political and cultural aspects for the participation of people with disabilities.

Keywords: modernity; biomedical conceptions; political philosophy; political participation; higher education.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
Trajetória acadêmica na perspectiva de uma construção político-subjetiva	12
Subsídios históricos e teóricos para o caminhar político-subjetivo	22
<b>1. A DEFICIÊNCIA ENQUANTO CONDIÇÃO HUMANA: DIALOGOS ENTRE HANNA ARENDT E PAULO FREIRE.</b>	<b>26</b>
1.1. A condição humana e a moderna revolta humana contra a natureza	27
1. 1. 1. <i>A vita activa</i> : Trabalho, Obra e Ação	34
<b>2. CLÍNICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVA FOUCAULTIANAS ACERCA DA INTERFACE ENTRE DOENÇA E A DEFICIÊNCIA.</b>	<b>49</b>
2.1. A Experiência Clínica: entre o visível e o invisível; o enunciável e o não pronunciado.	50
2.2. As Espacializações da Doença: da essência do mal para uma consciência social da doença	54
2. 2. 1. A Medicina Classificatória: homologias definidoras da materialidade	55
2. 1. 2. A Medicina das Espécies: a doença e sua articulação com o corpo	59
2. 1. 3. A Terceira Espacialização: a medicina social e a moral médica vigilante	62
3.2. A institucionalização da moral médica	67
<b>3. DO BIOLÓGICO AO <i>BIOS POLITIKOS</i>: UMA ALTERNATIVA DISCURSIVA EM MEIO AOS DETERMINISMOS SOCIAIS E BIOLÓGICOS</b>	<b>80</b>
<b>4. A TESSITURA DE UM DISCURSO POLÍTICO EM PROL DO MOVIMENTO ANTE A ESTAGNAÇÃO POLÍTICA DE NOSSA CONTEMPORANEIDADE</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>

## APRESENTAÇÃO

### **Trajatória acadêmica na perspectiva de uma construção político-subjetiva**

Antes de apresentarmos os aspectos conceituais e a estrutura do presente trabalho, faz-se necessária uma nova digressão rumo a alguns aspectos de minha trajetória acadêmica que foram fundamentais para a tessitura da presente teia discursiva, da construção de minha identidade e de meus fazeres políticos.

Assim, destaco aqui, encontros e acontecimentos ocorridos dentro do contexto da UFSCar que influenciaram diretamente sobre as motivações da escrita do presente texto do meu processo individual e coletivo de construção e aprimoramento de meu “si político” (Pagni, 2023).

Frutos de registros de um “viver filosófico”, o presente documento traz a sistematização de leituras realizadas nos anos finais de minha trajetória acadêmica enquanto aluno do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (CLEEsp/UFSCar). Nessa oportunidade, pude construir e registrar reflexões pautadas em referenciais teóricos e socio-filosóficos acerca da participação da pessoa com deficiência nas arenas políticas de debate.

Por mais que a sistematização de tais reflexões esteja vindo a se materializar textualmente agora no ano de 2025, há toda uma trajetória acadêmica e de vida que antecedem esta produção e que, sem as quais, ocorreria o esvaziamento do presente texto, tanto em conteúdo, quanto em identidade e subjetividade.

Dessa forma, nesta apresentação, entendo ser necessário expor brevemente quem fui e sou enquanto Antônio, a fim de tentar descrever quais foram os fatos que, desde o meu ingresso no referido curso, em 2018, e meu primeiro

afastamento de meu núcleo familiar, suscitaram as inquietações que trago nesse texto. Hoje, entendo esse movimento como meu primeiro grande intento político.

O ingresso na UFSCar representou o meu primeiro afastamento do “lar doméstico”. Essa etapa de transição e assimilação de uma realidade tinha o dever de ser interpretada e vivenciada com uma autonomia muito desejada, porém, nunca experienciada.

Assim, os primeiros anos na UFSCar foram marcados como um período de muita curiosidade e exploração das possibilidades que a universidade oferece a seus ingressantes. Havia muito interesse e pouco amadurecimento que alimentavam esse desejo de se descobrir nesse novo espaço.

Dessa forma, me envolvi profundamente nos estudos sem estabelecer limites entre as disciplinas do curso e de demais áreas de conhecimento. Se tais limites existissem, esses provavelmente me conduziram para um caminho mais seguro, porém teriam interrompido, de certa forma, esse meu fazer filosófico que transcrevo aqui.

Assim, essa atitude desmedida de explorar a universidade culminou na formação de vínculos com estudantes de diferentes cursos e etapas de formação. Essa vivência contribuiu muito para a construção de uma interpretação interdisciplinar da realidade que ajudou na construção de minha identidade enquanto sujeito e docente.

O primeiro ano dessa minha trajetória foi rico em vivências e novas descobertas. Contudo, reservou um final trágico e amargo com o desfecho das eleições de 2018 e a vitória da extrema direita representada por Jair Bolsonaro. Esse marco sustentou o início de uma série de conflitos políticos e sociais que afetariam diretamente grupos socialmente minoritários, tais como a pessoa com

deficiência, bem como as instituições de Educação Superior e a produção científica nacional.

Foi naquele contexto desolador que, em um tom de angústia e certo desespero, iniciei em 2019 uma atuação política que, a meu ver, se aproximava muito mais de um ativismo político do que uma ação política fundamentada em uma práxis (Freire, 1987; Arendt, 2017). Isso porque o intuito era mais de dar uma resposta aos constantes ataques à democracia e, sem a devida criticidade e maturidade, me deixei guiar por um envolvimento no movimento estudantil da UFSCar.

Esse ano, que considero como um grande turbilhão, colocou-me pela primeira vez em um cargo de representação no qual pude experienciar pela primeira vez, os riscos envolvidos ao projetar-se em um projeto político que, como expressei anteriormente, implica na necessária renúncia à preservação da própria vida (Arendt, 2017). Olhando para trás, hoje vejo dois principais fatores que impactaram no que entendo (ao menos hoje) como um certo insucesso dessa minha primeira experiência.

Em primeiro lugar a imaturidade, no sentido de não ter desenvolvida a coragem necessária para a realização de tais feitos políticos, coragem essa que, como indica Arendt (2017), é vista como uma virtude essencialmente política, sem a qual se torna impossível abandonar as seguranças do lar privado a fim de confrontar a realidade coletiva.

Deixar a família, originalmente para abraçar alguma empresa aventureira e gloriosa, e mais tarde simplesmente para dedicar a vida aos negócios da cidade, exigia coragem, pois era só no lar que o homem se empenhava basicamente em defender a vida e a sobrevivência. Quem quer que

ingressasse na esfera política deveria, em primeiro lugar, estar disposto a arriscar a própria vida; o excessivo amor à vida era um obstáculo à liberdade e sinal inconfundível de servilismo. (Arendt, 2008, p. 27).

Quanto ao outro fator, está na tentativa inconsequente de conciliar duas atividades que, para o pensamento grego se encontram em total oposição: a ação política, que como expressado anteriormente diz respeito a uma renúncia a preservação da vida e interesses individuais; e o trabalho, atividade humana, voltada justamente para a produção do útil e necessária e para a manutenção da vida em seus aspectos biológicos (Arendt, 2017). É nesse clima que 2019 se encerra marcado, para mim, como o ano das duas grandes frustrações: a política e a acadêmica.

Naquele estado de impotência, o ano de 2020 se inicia com um esgotamento e desinteresse pelo curso e pela vida. Isso, aos poucos, tomava contornos de uma depressão. Como se não bastasse, logo o ano “se interrompe”: como uma artimanha do destino, irrompe sobre a Terra uma pandemia de proporções nunca antes vistas. Esse evento canônico para a humanidade, impactou diretamente no mundo e na construção subjetiva de cada vida humana que a testemunhou.

Comentar sobre a Pandemia da Covid-19, por si só, pode tornar-se um assunto infundável, o que demonstra a imensidão e a importância de um falar franco sobre o tema, falar esse que deve ser visto como um exercício fundamental em nosso dia a dia, para nossas futuras reconstruções de si e do coletivo. Antes de adentrar nos impactos que a pandemia causou em minha trajetória acadêmica, faz-se necessário fazer apenas mais um comentário político acerca desta.

A crueldade humana novamente foi escancarada aos olhos do mundo.

Empresas privadas e lideranças mundiais, em um momento em que a solidariedade e uma “ética universal humana” deveriam ser adotadas enquanto princípios para a superação da crise, optaram por seguirem os caminhos de uma “ética de mercado” (Freire, 2021), onde tudo seria passível de se gerar o lucro, pouco importando se isso significasse a morte de milhões de pessoas.

No Brasil, em especial, tal crueldade foi representada por esse mesmo governo que, pouco menos de dois anos antes havia sido eleito, e que naquele momento orquestrou a miséria e a fome e brincou com a vida e com a morte de forma semelhante a atitude do príncipe Próspero no conto “A Máscara da Morte Rubra” de Edgar Allan Poe.

Por muito tempo a “Morte Rubra” devastara o país. Jamais pestilência alguma fora tão mortífera ou tão terrível. [...] Mas o príncipe Próspero sabia-se feliz, intrépido e sagaz. Quando seus domínios começaram a despovoarse, chamou à sua presença um milheiro de amigos sadios e frívolos, escolhidos entre os fidalgos e damas da corte, e com eles se encerrou numa de suas abadias fortificadas. Era um edifício vasto e magnífico, criação do gosto excêntrico, posto que majestoso, do próprio príncipe. Forte e alta muralha, com portões de ferro, cercava-o por todos os lados. Uma vez lá dentro, os cortesãos, com auxílio de forjas e pesados martelos, rebitaram os ferrolhos, a fim de cortar todos os meios de ingresso aos desesperados de fora, e de escape, ao frenesi dos de dentro. A abadia estava amplamente abastecida. Com tais precauções, podiam os cortesãos desafiar o contágio. O mundo externo que se arranjasse. Por enquanto, era loucura pensar nele ou afligir-se por sua causa. (Poe, 2020, p.32).

Retomando os aspectos de minha trajetória acadêmica, a pandemia, trouxe a necessidade do resguardo social por meio do isolamento social, isolamento esse que, por obra do destino, não ocorreu em minha moradia em São Carlos, mas sim, na moradia familiar, em um movimento de reclusão da esfera pública (*polis*), para o retorno a esfera privada representada pela família (*oikia*) (Arendt, 2017).

Esse retorno, é marcado por inúmeros conflitos internos e relacionais com os membros da própria família que, necessito destacar, por ser numerosa, acabou por muitas vezes demandar de nós, seus integrantes, o desenvolvimento de competências de convívio social as quais muitos lares modernos não apresentam, pelo menos não de forma tão intensa.

Deixando de lado esses conflitos importantes, por mais penoso que tenham sido, estar no lar privado, me resguardando dos conflitos sociais, acabou por possibilitar uma redescoberta de meu eu, no que marca, um início do processo de trabalho sobre si, utilizando termos foucaultianos. Trabalho esse que, teve como mediação a literatura.

Das obras lidas, muitas vezes como forma de fuga de uma realidade que ainda não tinha forças para encarar, muitos ensinamentos foram retirados, dentre eles, a coragem, tanto almejada que internalizei ao contemplar a obra “Grande Sertão: Veredas” de Guimarães Rosa: “Ocorre da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. (Rosa, 2001, p. 293).

Assim, sintetizando todo esse processo que durou cerca de um ano, considero que esse afastamento social e reencontro literário, foram fundamentais para munirem-me dos instrumentos necessários para seguir em frente nessa nova vida, nesse “novo normal” como muitos chamaram os primeiros anos pós-

pandêmicos.

Instrumentos esses que, muito me ajudaram nessa construção de si, do eu e do outro, sobre a qual escrevo o presente ensaio que, apenas não faz maior uso de imagens literárias<sup>1</sup> pelas limitações que hoje enfrento para sua conclusão.

Ainda sobre essa experiência pandêmica, já em vias de retomar das atividades presenciais, foi que ocorreu o encontro entre o presente autor e os demais pesquisadores do GP-Idea. O encontro ocorreu por meio da realização da disciplina Fundamentos Sociológicos, Políticos e Antropológicos da Educação que, devido ao caráter emergencial de ensino, foi ministrada de forma não presencial pelo professor e meu orientador, Leonardo Santos Amâncio Cabral.

Desde então, o que se segue é um número variado de encontros e diálogos onde a exposição de ideias, que muitas vezes acabam por se perder na vastidão de novas descobertas, foi se direcionando para uma abordagem acadêmica onde várias sugestões de objetos e métodos de pesquisa foram vislumbradas. Desse processo, resulta esse ensaio que muito mais aborda uma construção subjetivo-coletiva, do que a análise de um fenômeno materializado em uma realidade objetiva.

Dentro dessas propostas, vislumbrou-se por exemplo, investigar desde questões referentes ao processo de institucionalização da pessoa com deficiência no Brasil, até ao processo das bancas de heteroidentificação para o ingresso na Educação Superior em uma perspectiva antropológica.

O ensaio tomou esse corpo político-filosófico devido à influência da

---

<sup>1</sup> Resgatar esse percurso literário ocorrido na pandemia pode ser fruto de um projeto futuro de retrabalho do presente texto, assim obras com “Capitães de Areia” de Jorge Amado (1937); “O Alienista” de Machado de Assis (1985), e até mesmo obras teóricas como “A Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1987), que necessitaram ser suprimidas, poderão adentrar em uma nova estrutura que procure articular as discussões teóricas com as imagens que a literatura nos trazes acerca da deficiência e seus aspectos políticos, institucionais e morais.

fundação do Coletivo PcD<sup>2</sup> da UFSCar, de minhas vivências acadêmicas e dos diálogos realizados entre as inquietações oriundas da participação da agenda organizada pelo coletivo e as discussões realizadas acerca dessas inquietações nas reuniões do GP-Idea, do qual faço parte desde 2022.

O envolvimento com o coletivo será melhor abordado no capítulo final da monografia. O que se faz importante destacar nessa apresentação de nuances autobiográficas é o fato de a formação do coletivo ter ocorrido em contexto semelhante de transição entre o ensino remoto e o ensino presencial. Esse fator aproxima-se da discussão central do ensaio: a transição da esfera privada, na qual as atividades acadêmicas e profissionais ocorriam dentro da proteção do lar doméstico, para o retorno de tais atividades na esfera pública/coletiva que escancararia os desafios e violências vivenciados pela pessoa com deficiência ao vivenciarem sua diferença em face de um ambiente coletivo não arquitetado para sua livre participação social e política.

O que quero demarcar aqui é a existência de um Antônio anterior ao ingresso na universidade pública o qual, por mais que tenha passado por um processo de formação profissional, não abandonou os velhos hábitos e tendências. Eu apenas repaginei-me em meio a uma jornada que considero muito mais como uma formação intra e intersubjetiva, construindo e adquirindo novos instrumentos para ler o mundo e a mim mesmo, do que um ritual de titulação para o desempenho

---

<sup>2</sup> A presente sigla diz respeito ao termo Pessoa com Deficiência, termo hoje, amplamente utilizado pela sua coerência com os atuais discursos políticos no cenário brasileiro. A utilização da sigla não está incorreta, porém, para a presente produção apenas se fará uso dela, quando fizermos menção ao coletivo, dentro de outros contextos, optou-se por utilizar a expressão por extenso “Pessoa com Deficiência”. A presente escolha textual se deu devido a considerar que, ao se reduzir a sentença a uma sigla, apagasse o que há de mais fundamental dentro dela, a consideração de Pessoa, do indivíduo como fator primeiro dentro da discursividade da diferença.

de um ofício.

Assim, de certa forma, continuo sendo um menino inquieto, desajustado, curioso e sistemático que, entre os 18 e 19 anos de idade se encontrara fora da esfera do lar. Local esse que, como veremos a seguir com a exposição das concepções clássicas de público e privado em Arendt (2017), destina-se fundamentalmente para realizar as atividades de manutenção e proteção da vida.

Assim, como vemos em Maquiavel ou até mesmo no evangelho de Jesus Cristo, ensinamento esse que carrego de berço, essa é uma preservação que deve ser abdicada para aquele que deseja embarcar em uma atividade política. Essa atitude reforça, talvez de forma inconsciente (ou inconsequente, como muitos dizem por aí), o caráter ousado e desafiador com o qual encarei minha formação na qual, mesmo não tendo sido brilhante e alvo de destaque, ao menos foi genuína e autoral.

Portanto, posso considerar que minha formação, para além dos objetivos e metas institucionais, serviu como etapa de formação crítica e cidadã, representada pela formação e aprimoramento de meu “si político” (*ethos*). Nesse exercício, pude perceber que tenho conseguido, cada vez mais, expressar essas minhas verdades e confrontá-las com a verdade da maioria. Esse movimento está, de certo modo, registrado com maior ênfase no capítulo destinado a discutir a diferença, dentro dos limites e possibilidades da democracia (Pagni, 2023; Köche, 2017).

Essa prática denota levar em consideração os processos de subjetivação que os sujeitos passam ao saírem da esfera privativa de suas casas. Espaços esses que tendem a trazer um sentido de privação e/ou de proteção, impedindo ou reduzindo as possibilidades de viver em liberdade, de assumir os riscos da vida coletiva e as possibilidades tanto de assujeitamento, quanto de produção de “belos feitos” na esfera pública. No presente ensaio, essa esfera pública é particularmente

representada pela figura da universidade pública (Arendt, 2017; Pagni, 2023).

Daí, advém o título do estudo, onde, com o menor número de palavras possíveis, tento expressar essa dualidade que, dentre as diversas outras dualidades observáveis ao se problematizar a deficiência em seus aspectos filosóficos e políticos, foi a que, com maior frequência se fez presente nesse processo em espiral de produção de conhecimento.

Falo da relação entre indivíduo e coletivo nos fazeres políticos, bem como o destaque da diferença enquanto fator fundamental para a transformação de uma realidade político-social. Diferenças essas que, por sua força transformadora, representam grande risco a ordem instaurada (instituída ou vigente) e, dessa forma, tornam-se alvo de grande investimento por parte do aparelho estatal, de tecnologias políticas que venham a disciplinar e docilizar pessoas estigmatizadas por tais diferenças, a fim de que, suas existências possam ser inscritas nessa ordem política, destituídas porém, de sua força transformadora (Pagni, 2023; Köche, 2017).

Ao se abordar uma trajetória acadêmica, faz-se necessário considerar que, antes de sermos alunos, somos sujeitos. Sendo assim, inspirado em Paulo Freire (2021), somos seres condicionados e não determinados pelo mundo, mundo esse que se transforma por nossa própria ação e que também nos transforma conforme vamos produzindo nossa existência nos diversos contextos.

Assumir tal pressuposto freiriano, corrobora a compreensão de que, dentro de um processo educacional orientado pelo diálogo, não há sujeito formador ou a ser formado. Existe, sim, a aproximação de sujeitos diferentes a um mesmo objeto do conhecimento, sujeitos esses que carregam consigo conhecimentos e vivências anteriores que os ajudam a interpretar esse fenômeno estudado.

## **Subsídios históricos e teóricos para o caminhar político-subjetivo**

O exercício de sistematização de reflexões e de diálogo com a literatura, ao longo de minha formação, parte de um resgate histórico acerca dos processos pelos quais os sujeitos com deficiência foram atravessados ao longo de séculos e décadas.

Esse interesse ocorre ao compreender que, por muitas vezes, essa população tenha sido excluída das arenas de discussão política, o que repercutiu no apagamento de suas identidades e no alienamento do direito de discernir sobre suas próprias vidas (Barreto, 2016).

Assim, uma breve contextualização histórica será apresentada, com o foco voltado para os séculos 18 e 19, quando a aproximação entre o saber médico e o conhecimento científico acabam por demarcar o surgimento de uma discursividade médico-patológica que aprisionara a pessoa com deficiência ao poder exercido pelo olhar do médico (Foucault, 2006; Barreto, 2016; Pagni; 2023, Canguilhem, 2009). Assim, esse período caracterizado como “O Grande Encerramento” terá algumas de suas consequências expostas, no intuito de contribuir com a compreensão do poder hegemônico do saber médico exerceu e ainda exerce no processo de conceituação sobre a deficiência.

Outro importante momento histórico será abordado com base no movimento dos *Disability Studies*, iniciado na segunda metade da década de 1960 e marcado como a primeira mobilização social constituída tendo como protagonistas pessoas com deficiência. Para além de conquistas dentro dos direitos civis da pessoa com deficiência, o *Disability Studies* traz consigo uma nova discursividade que desafia o domínio do poder médico em relação à deficiência (Barreto, 2016).

É nesse movimento de contestação que se cunha a Abordagem Social da

Deficiência, importante termo que coloca a deficiência (*disability*) enquanto resultado da relação entre o corpo lesionado (*impairment*) e a sociedade e suas múltiplas formas de exclusão de pessoas não enquadradas na “normalidade” (Barreto, 2016).

Com essa passagem conceitual entre as concepções médicas e sociais que permeiam a deficiência, podemos dizer que o movimento dos *Disability Studies* tornou-se a porta de entrada para uma contestação do modelo médico em um movimento que vai do biológico para o *bios politikos* (Arendt, 2008). Isso faz com que a pessoa com deficiência deixe de ser predominantemente meros objetos (e, por vezes, abjetos) de estudo das diferentes áreas da saúde. Social e culturalmente, a pessoa com deficiência conquista paulatinamente força política para que seu cidadão seja legitimado, no sentido de ter a garantia do direito a participação das discussões políticas que impactam no reconhecimento de seus direitos subjetivos (Köche, 2017), bem como nas decisões que impactam em nossa realidade coletiva.

Para a compreensão de tais conceitos sobre política, indivíduo e sociedade, com a perspectiva da pluralidade e da diferença, o presente ensaio foi teoricamente fundamentado com a abordagem de Hannah Arendt (2008) e sua obra “A Condição Humana”.

Essa obra subsidiou compreensões sobre noções clássicas de política sobre as esferas pública e privada, e de como o abismo entre elas foi equivocadamente transposto pela emergência da esfera social (Arendt, 2008). Tal equívoco, intencional ou não, oriundo do período da modernidade e de suas novas formas de pensar o íntimo (subjetivo), o privado (intersubjetivo), o público e o coletivo, resultaram na massificação da sociedade, na exclusão das ações de sujeitos nos processos de participação e domínio de ações políticas, culminando em comportamentos conforme os padrões estabelecidos pelos grupos detentores do

poder (Arendt, 2008).

Tal discussão política acerca da modernidade, ganha respaldo no presente ensaio sobre a deficiência ao adentrarmos às palavras de Barreto (2016) a respeito da formulação do conceito de deficiência ser resultado dessa mesma modernidade, onde:

a emergência da categoria chamada atualmente de deficiência está profundamente ligada a biologização da nossa sociedade e é herança desse período breve da história da humanidade chamado **modernidade**, de sua racionalidade do conhecimento científico, **do controle das massas**, na forma de produção econômica baseada na divisão do trabalho e do assujeitamento do corpo em nome da ordem e do progresso social (Barreto, 2016, P. 27, grifo meu).

Assim a partir dessa discussão política, o ensaio busca caracterizar a Educação Superior no contexto das universidades públicas como espaço de ação da pessoa com deficiência, na construção de novas formas de pensar a sociedade e de suas próprias subjetividades enquanto sujeitos críticos, perpassados por elementos sócio-histórico-culturais (Leite; Cabral et Lacerda, 2023).

Destaca-se a potencialidade de tal contexto educacional, formativo e profissional para a redução de práticas discriminatórias sobre a deficiência. Contudo, esse espaço ainda reproduz formas de exclusão e violência a discentes, docentes e funcionários públicos com deficiência inseridos em seu contexto. Portanto, faz-se necessário argumentar sobre a importância de uma postura crítica ante a atual configuração política, social e cultural de nossas universidades, com efetiva participação das pessoas com deficiência.

Diante da problemática acima levantada e considerando-se a universidade enquanto uma arena política, o presente ensaio se aproxima da lente da Abordagem do Ciclo de Políticas – ACP de Stephen Ball (1994), particularmente no que diz respeito aos múltiplos grupos e interesses envolvidos na elaboração de um texto político no âmbito da Educação Superior.

Por fim, o capítulo que encerra esse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é constituído por um texto construído no âmbito do Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea), intitulado “Alguns Fundamentos Para a Acessibilização na Pós-Graduação”, cujo objetivo foi analisar as “[...] possíveis interrelações entre a ética, a alteridade, a análise macro e micro política e a construção de diretrizes de gestão para acessibilização de Programas de Pós-Graduação – PPGs da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.” (Pereira; Lima et Cabral, 2023, p.1).

A partir do quadro conceitual tecido entre ética, alteridade e acessibilidade, o capítulo apresenta reflexões, vivências e reivindicações sobre o contexto da universidade na perspectiva de educandos com deficiência ingressantes de cursos de graduação e pós-graduação, além de lideranças do Coletivo PCD's da UFSCar.

Assim, por meio de tais relatos, do quadro conceitual apresentado e da perspectiva do direito à alteridade (Köche, 2017), as considerações finais do estudo se direcionarão para um pensar da inclusão enquanto princípio ético/filosófico a fim de que tal princípio, incorporado em nosso *ethos* (verdade de si) (Pagni, 2023), possa vir a gerar uma *práxis* (Ação-Reflexão-Ação) (Freire, 1996) que fundamente novas formas de política e de atitudes que caminhem para uma transformação sócio-cultural necessária para um novo caminhar na superação de barreiras atitudinais e do capacitismo em nossa sociedade.

## **1. A DEFICIÊNCIA ENQUANTO CONDIÇÃO HUMANA: Um possível diálogo entre Hannah Arendt e Paulo Freire a fim de compreender a diferença enquanto condição ética e política**

O conceito de deficiência não pode ser encarado enquanto uma ideia pré-concebida, um conceito naturalmente imposto, uma verdade absoluta, mas sim fruto de uma discursividade que se alterou ao longo do tempo, a depender dos autores, juízes e testemunhas que ganham vozes ao longo do percurso histórico (Barreto, 2016; Omote, Cabral, 2021).

Tal mutabilidade, é característica de nós, seres humanos, seres inacabados e conscientes de nossa incompletude (Freire, 2021). Assim, a deficiência enquanto fenômeno de natureza humana também é mutável, por mais que muitas vezes seja tratada de forma desumana.

Se somos seres incompletos, conscientes de nossa incompletude e assim inacabados e passíveis de transformação (Freire, 2021), nossa relação com o mundo não é arbitrária. Não somos seres determinados pelo mundo, porém somos condicionados por ele ao mesmo passo em que somos agentes transformadores do mundo. Assim, enquanto sujeitos políticos, a construção de nosso eu também passa pelo condicionamento de nosso pensamento político.

Dessa forma, a formulação acerca da deficiência não pode deixar de ser compreendida enquanto uma formulação política e, tendo em vista o apontamento de Barreto (2016), sobre a conceituação de deficiência ser fruto da modernidade, não podemos compreender de fato qual é a significância de tal conceituação sem nos atermos a construção do pensamento político de tal período.

Com tal intencionalidade, recorreremos ao pensamento de Hannah Arendt

(2017) sobre a modernidade a fim de compreender sobre qual contexto político e filosófico a categoria nomeada como deficiência surgiu.

### **1.1. A condição humana e a moderna revolta humana contra a natureza**

Em sua obra, Arendt (2017) se preocupa em investigar o que é propriamente humano e o que fazemos a ponto de nos condicionar enquanto seres diferentes dos demais animais que coabitam a Terra (natureza). Ainda, debruça-se em compreender como tais atividades e o desenvolvimento técnico-científico acabaram por resultar: em uma revolta do ser humano à sua própria condição enquanto ser terreno; na manifestação do desejo obscuro por uma “Sociedade de massas”, consequência do rompimento de uma vida como naturalmente nos foi “dada”; e na substituição por uma vida produzida pelo próprio homem. E reflete:

Esse homem futuro, que os cientistas nos dizem que produzirão em menos de um século, parece imbuído por uma rebelião contra a existência humana tal como ela tem sido dada - um dom gratuito vindo de lugar nenhum (secularmente falando) que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. (Arendt, 2017, p. 3).

Como elenca a autora, a capacidade humana para tais realizações, por mais que sejam distantes da atual realidade técnico-científica, é totalmente verossímil com uma realidade futura, mesmo que não tenhamos como estimar quando tais realizações se concretizarão.

Assim, cabe ao homem em seu coletivo decidir se esses serão os rumos a serem tomados ou não por nossa coletividade, sendo assim uma atividade política que se faz por meio do discurso. Porém, como afirma Arendt (2017), as “verdades”

científicas chegaram a tamanha complexidade, que os atos traduzidos em palavras, ou seja, os discursos, não são mais capazes de representarem tais verdades científicas com a compreensibilidade adequada e necessária.

Essa separação entre o discurso e a sociedade, é uma das grandes preocupações de Hannah Arendt, ao falar sobre a modernidade e o futuro da humanidade. Como afirma a autora, o homem enquanto ser **plural**, enquanto ser político, apenas age por meio do discurso (Arendt, 2017).

A supressão desse fazer político pela “verdade” do conhecimento técnico-científico deixa-nos à mercê de nossos próprios instrumentos e conhecimentos e de verdades que, por mais que importantes para o homem, enquanto indivíduo, tendem a ser devastadoras para os homens enquanto coletivo.

Podem haver verdades para além do discurso e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem na medida em que, seja o que for, não é um ser político. Os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem nesse mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos. (Arendt, 2017, P. 5).

Essa relação entre o homem enquanto indivíduo, os homens enquanto seres políticos e o impacto que a verdade do indivíduo tem em relação à construção da coletividade, onde o individual, o que é próprio (*Idion*) deve ser deixado de lado afim do que é comum (*koinon*), ou seja, do “bem comum” exposto por Arendt (2017), encontra proximidade com o discurso Freiriano (Freire, 2021) acerca da ética humana em contraponto com a ética de mercado.

Logo no início de seu livro “A Pedagogia da Autonomia” (Freire, 2021), o

autor discute essa relação entre a condição do ser humano enquanto ser consciente de seu acabamento. Nesse sentido, fala de um ser capaz de agir sobre a natureza e o mundo e a responsabilidade que temos em relação a ele (mundo) e aos demais que o habitam e que também o constroem.

Essa corresponsabilidade sobre nosso agir, que surge da compreensão da pluralidade, da constatação de que não estamos sós no mundo, é explicitada pelo autor como o princípio da ética universal humana:

Quando, porém, falo da ética universal do ser humano, estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. [...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. (Freire, 1996, p. 11).

Freire ainda destaca que, tal ética, em tempos de globalização, acaba por ser subvertida por uma ética de mercado, produtora de um discurso “fatalista” que aceita as injustiças de um mundo neoliberal em nome da expansão e manutenção de um mercado global.

Alguns pontos interessantes podem ser observados no exercício de aproximação entre o pensamento de Arendt (2017) e Freire (2021). Em primeiro

lugar, destaca-se que ambos consideram a finitude do ser humano ou, melhor dizendo: a forma com que o ser-humano compreende que sua condição enquanto ser vivo é naturalmente encerrada com sua morte, sendo esse o fator decisivo que o diferencia dos demais seres da natureza, e faz-lhe se mover sobre o mundo. Esse movimento, é o que estabelece o ser humano como um animal ético/político.

Além disso, ambas as obras demonstram grande preocupação com os rumos que a sociedade pós-moderna está para tomar, por mais que temporalmente estejam distanciadas por quase quatro décadas de diferença.

Enquanto Freire escreve “A Pedagogia da Autonomia” em um contexto nacional onde o global cada vez mais invade o local, movimento esse gerenciado por órgãos e fundações internacionais, com o intuito político de assimilação das realidades nacionais a uma política de mercado neoliberal (1996).

Arendt escreve seu livro “A Condição Humana” num contexto social (1958) ainda impactado pelo lançamento das primeiras armas nucleares, que inauguraram os primeiros conflitos políticos do mundo moderno.

Embasando as questões referentes à discussão ético-política acerca da modernidade e do neoliberalismo, Pagni (2023) discute a relação entre a democracia ateniense e o entendimento neoliberal de tal organização política. Nesse movimento, é apresentada a existência de um grande rompimento entre a compreensão grega do *ethos* enquanto verdade do “si político” e a isonomia quantitativa moderna, que tem como principal objetivo garantir uma verdade da maioria.

Assim, a relação entre a política e a coletividade perdeu seu sentido original onde a verdade de si (*ethos*) do “si político”, ao ser pronunciada dentro da cidade-estado, questionava a vida coletiva a fim de que sua existência pudesse ganhar contornos na vida política (Pagni, 2023).

O tensionamento ético, outrora visto como característica fundamental para a manutenção da vida política, foi perdendo espaço com o avanço do neoliberalismo que não mais valora e sim quantifica o ser-humano. Resultando em atitudes políticas não mais orientadas a construção de singularidades, mas para a obtenção de uma “isonomia quantitativa” que caracterize a vontade da maioria, como fator preponderante nas decisões políticas (Pagni, 2023).

Tal assunto será retomado quanto nos voltaremos para as compreensões pós-estruturalistas acerca da democracia, coletividade, subjetividade e diferença (Pagni, 2023, Köche, 2017).

Por hora, faz-se necessário compreender como a modernidade e o avanço do neoliberalismo transformaram profundamente as relações humanas em relação à sua subjetividade e à sua vida política.

Assim, essa profunda alteração das relações do homem com o que lhe é próprio e com o coletivo foram para Arendt (2017) um dos principais pontos que culminaram na massificação da sociedade moderna, bem como no moderno desejo humano de romper com sua condição.

Quanto à relação entre o mundo moderno e a condição humana, a autora destaca que a premissa de seu livro é fazer uma investigação das atividades propriamente humanas que nos condicionam, bem como investigar as formas com que a modernidade alterou significativamente as relações humanas a ponto de culminarem na “moderna alienação” da sociedade:

Não discuto este mundo moderno que constitui o fundo sobre o qual este livro foi escrito. Limito-me, de um lado, a uma análise daquelas capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana, e que são permanentes, isto é, que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mude a

própria condição humana. Por outro lado, a finalidade da análise histórica é pesquisar as origens da alienação no mundo moderno, o seu duplo voo da Terra para o universo e do mundo para dentro do homem, a fim de que possamos chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como esta evoluíra e se apresentava no instante em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida. (Arendt, 2017, p.7).

A fim de cumprir com tal premissa, a autora utiliza do conceito clássico de *vita activa*, a fim de definir quais são essas formas elementares decorrentes de nossa condição, conceito esse que, de forma sintética, resume-se nas seguintes três categorias, **Trabalho, Obra e Ação**:

- O **Trabalho**, representado pelas atividades básicas que o humano, assim como os demais animais, realiza com a finalidade de sobreviver; condição relacionada com a vida em seus aspectos **biológicos**.
- A **Obra** diz respeito à forma com que nós, seres-humanos, construímos nosso mundo e, dessa forma, nossa existência. Assim a obra está ligada a condição humana da **mundanidade**, ou seja, desse ambiente artificialmente que construímos e que nos condiciona.
- A **Ação** é a atividade humana ligada a **pluralidade**, logo ao fato de não sermos os mesmos e sim seres diferentes e únicos. A ação é a atividade humana que apenas ocorre em meio a coletividade, dessa forma, a atividade que nos torna essencialmente **políticos**.

Assim, o trabalho, por reunir as atividades humanas que dizem respeito a nossa vida enquanto espécie, não diferencia o homem dos demais animais que coabitam o planeta, pelo contrário, é a condição que nos assemelha a esses.

A obra também não é a condição fundamental pela qual o homem se difere dos demais animais, pois, por estar ligada a produção do mundo, tais atividades voltam-se para a fabricação do útil e necessário.

A autora (Arendt, 2017) destaca que para o pensamento grego, o homem só se encontra livre, quando não mais precisa estar à mercê das necessidades da vida, liberdade essa que é a condição fundamental para a construção de um tipo de vida autônomo.

Assim, das três atividades acima citadas, apenas a **Ação** é atividade exclusiva do ser humano, e é apenas ela que pode de fato nos diferenciar dos demais seres que coabitam o planeta. Essa atividade, diz respeito ao nosso fazer político, apenas existindo dentro da esfera pública e por meio do princípio da **pluralidade** humana, ou seja, seres, de mesma espécie, porém diferentes entre si.

Ao apresentar tal linha de pensamento, encontramos em Arendt (2017), outra semelhança com Freire (2021) que apresenta a relação homem-mundo como dialética, onde o homem por sua ação transforma o mundo e é afetado por ele.

Procurando sintetizar essa aproximação entre os autores poderíamos dizer que a obra é a atividade fundadora do homem, porém, é apenas pela ação que em Arendt (2017), o homem torna-se um ser político e, pelo movimento que, em Freire (2021), o homem torna-se ético e responsável por seus fazeres.

Tal consideração de que o homem se diferencia dos demais animais por ser um animal político e que, nosso fazer político apenas existe por sermos plurais é um conceito chave para compreendermos a radical separação entre o público e o privado para os antigos (Arendt, 2017).

Arendt (2017), destaca que o principal equívoco da sociedade moderna está em ter ignorado esse aspecto de oposição entre o público e o privado, causando a

união entre os assuntos da vida privada aos assuntos da vida pública com a ascensão da esfera social, nem pública e nem privada.

O resultado dessa associação entre o lar familiar (*okia*) e a cidade-estado (*pólis*) foi que os assuntos e preocupações da vida doméstica acabaram por se tornarem assuntos que dizem respeito a vida comum, dessa forma, transformando-se em interesses políticos e levando-nos a massificação da sociedade e a alienação do mundo moderno (Arendt, 2017).

A fim de entender esse processo pelo qual a ação foi perdendo espaço nos fazeres humanos em face de um comportamento socialmente nivelador, faz-se necessário uma maior exposição dos aspectos teóricos do pensamento político grego.

Com isso em mente, nessa próxima sessão retomaremos a tradição filosófica da vida ativa (*vita activa*) a fim de melhor compreender a diferença entre o público e o privado e entre o político e o social.

### **1. 1. 1. A *vita activa*: Trabalho, Obra e Ação**

Como conceito chave para a reflexão sobre o que fazemos, Hannah Arendt utiliza da tradição filosófica acerca do termo *vita activa*, da qual se retiram as três atividades fundamentalmente humanas que realizamos sendo elas: O Trabalho, a Obra e a ação (Arendt, 2017).

Antes de retomarmos as diferenças entre essas três atividades, faz-se necessário refletir sobre o próprio conceito de *vita activa* (vida ativa), definindo qual é a natureza de tal vida e qual é a vida que se opõe a ela, ou seja, a vida que permanece na quietude (Arendt, 2017).

A fim de construir tal diferenciação, Arendt (2017) nos apresenta as

compreensões aristotélicas sobre os tipos de *bios* (vida) e a relação estabelecida entre a vida do filósofo (vida contemplativa) e a vida do cidadão (*bio politikios*).

Assim, para a antiguidade clássica, a vida do filósofo era qualitativamente diferente da vida do cidadão e essa, também era diferente da vida do servo/escravo. Sendo a vida do filósofo, aquela que se preocupa com a verdade do cosmos.

Tal verdade reside na natureza das coisas e no caráter eterno e, em certa medida imortal de sua natureza. Na busca por tal(tais) verdades, o filósofo dedica-se a uma vida de contemplação ao universo. Contemplação essa que, não pode ocorrer em meio ao movimento, independentemente desse movimento estar associado a necessidade de manutenção e perpetuação da vida biológica (trabalho), ou em meio a vida política do cidadão, ocupado com os assuntos da cidade-estado (*pólis*) (ação).

Ocorre aqui a primeira diferenciação que os antigos faziam em relação aos modos de vida, sendo assim, a vida contemplativa, a vida do filósofo, ao se opor ao movimento, também se opõe a vida ativa.

Vale destacar que, tanto para os gregos, quanto para o pensamento político medieval, na hierarquia das atividades humanas, a vida contemplativa assume uma posição muito mais elevada, justamente por apenas ser realizar na total quietude:

Por mais que tenham tal característica de liberdade, a *vita activa* é vista como secundária na hierarquia do pensamento grego e posteriormente no pensamento medieval. Assim a *vita activa* pode ser vista como o contrário da vida contemplativa, essa última, vista como a forma com a qual o filósofo, se depara com a verdade, só podendo se realizar em vista da total quietude. (Arendt, 2017, p. 21).

Quanto a essa última, a *vita activa* é composta pelas três atividades fundamentalmente humanas que, interligadas, condicionam nossa vida enquanto seres humanos, construindo assim a condição humana. Assim, a *vita activa* é constituída pelo Trabalho; a Obra e a Ação.

Como já mencionamos brevemente acima, o trabalho diz respeito as atividades ligadas a manutenção e às necessidades de nossa vida biológica, assim, o trabalho reúne as atividades realizadas pelo ser humano a fim de suprir suas “necessidades vitais”, sendo assim: “A condição humana do trabalho é a própria vida.” (Arendt, 2017, p. 9).

Já a obra, diz respeito a não naturalidade da vida humana, aquilo que o homem produz em contraposição com o que lhe é naturalmente dado pela natureza, proporcionando ao homem um mundo “artificial” que, ao mesmo tempo que é produzido por ele, acaba por condicioná-lo, assim, “a condição humana da obra é a mundanidade” (Arendt, 2017, p. 9).

A obra, acaba então por conferir ao homem um status de permanência em relação aos demais seres, tendo em vista a durabilidade dos construtos humanos, assim, um homem, em certa medida irá morrer, porém o que construiu, o mundo, irá permanecer para além de sua vida e abrigará outros homens que estão para nascer e morrer.

Quanto à ação, essa diz respeito a pluralidade humana, ou seja, o fato de sermos o mesmo, porém diferentes entre nós. A ação então está intrinsecamente relacionada com o fato de o homem não se reproduzir, pelo menos, não como os demais seres, num processo que gera a exatidão, uma multiplicação de indivíduos idênticos um ao outro, tal condição, confere ao(s) homem(es) o caráter de um ser político. Como diz a autora:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, **corresponde à condição humana da pluralidade**, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta **pluralidade é especificamente a condição — não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* — de toda vida política.** (Arendt, 2017, p.9, grifo meu).

Tanto a obra, como a ação, são atividades que transformam a vida humana em uma presença, no sentido dado por Paulo Freire (2021). A obra, por criar esse mundo, que, independentemente da finitude de nossa vida natural, continuará vivo, até que toda a existência humana seja extinta da terra. Já a ação, garante-nos esse status de animal político, que, se relaciona dentro de uma diversidade (pluralidade) entre os seus (iguais).

Para o pensamento grego, a ação, recebe um lugar de destaque por ser a única entre as três atividades acima citadas que é próprio do ser humano, podendo apenas ser realizada por ele, dentro dos limites da sociedade humana, ou seja, apenas na interação do homem com o(s) outro(s) homem(es).

Como nos apresenta a filósofa (Arendt; 2017), a *vita activa* por estar empenhada em “fazer algo”, está sempre enraizada ao mundo dos homens ou das coisas feitas pelo homem. Sendo que a relação entre o homem e o mundo está estabelecida de forma que, ao mesmo tempo que a atividade humana não teria sentido algum se não estivesse localizada no mundo dos homens, é essa mesma atividade humana que produziu e continua a produzir seu mundo.

Assim, a filósofa conclui que não há como existir qualquer forma de vida

propriamente humana que não pressuponham uma constante interação, direta ou indiretamente, com outros seres humanos. Assim, essa vida, por mais solitária ou distanciada que possa ser, inevitavelmente acaba por testemunhar essa presença humana (Arendt, 2017; Freire, 2021).

Portanto, todas as três atividades têm em comum essa característica de serem realizadas pelo ser humano em um mundo de inevitáveis interrelações entre indivíduos. Porém, tanto o trabalho quanto a obra podem existir sem a presença do outro, o que não ocorre com a ação, como já mencionado anteriormente. Nas palavras de Arendt (2017):

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem, obrando, fabricando e construindo [*working and fabricating and building*] um mundo habitado somente por ele mesmo, seria ainda um fabricante, mas não seria um *homo faber*: teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus — certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos. **Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros.** (Arendt, 2017, p. 27, grifo meu).

A presente citação destaca a unicidade da ação enquanto atividade exclusivamente humana, e realizada apenas entre os homens, sendo assim, a ação

localiza-se no domínio do comum, não podendo ocorrer dentro da esfera privada, tal fator, faz com que a ação seja uma atividade essencialmente política.

Para melhor compreender, portanto essa relação entre a ação e a esfera política, Arendt (2017) utiliza do conceito aristotélico de *bios politikos*. A compreensão de tal conceito é a chave para compreendermos o entendimento que tinham os gregos em relação a liberdade, a igualdade, o social e a oposição entre a vida política, localizada da cidade-estado (*pólis*) e a vida privada, localizada no lar (*oikia*).

### **1.1.2. O *bios politikos* e a diferenciação entre o social (biológico) e o político (coletivo)**

A fim de manter e perpetuar a vida biológica, o ser humano necessita viver em constante interação com outros de mesma espécie. Tal característica, não apenas humana, representa o que entendiam os gregos como o social, ou seja, a necessidade que, naturalmente temos de estarmos sempre na companhia com outros de mesma espécie.

Tal condição, porém, não é exclusiva do ser humano, não sendo também, sua característica única e fundamental. O homem, é também um animal político. Esse modo de vida (*bios politikos*) está ligado a tradição aristotélica onde, a vida (o *bios*) apenas existe quando existe liberdade, ou seja, quando o homem poderia escolher livremente suas ações, não buscando o útil e necessário e dessa forma, estar sujeito as necessidades que lhe são impostas pela natureza.

Nesse raciocínio, nem o trabalho, nem a obra são atividades humanas suficientes para formar um modo de vida autônomo:

Nem o trabalho nem a obra eram tidos como suficientemente dignos para

construir um *bios*, um modo de autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e carências humanas. (Arendt, 2017, p. 16)

Nessa abordagem, apenas a ação, era uma atividade humana capaz de gerar uma vida autônoma e propriamente humana, manifestando-se assim, por meio do *bios politikos*, que, para além de uma atividade de mera organização política, tinha para os gregos uma relação direta com o belo, onde a livre opção que o cidadão fazia em viver uma vida dedicada aos assuntos da *pólis* (cidade-Estado), acabava por gerar “belos feitos” (Arendt, 2017, p.16).

O social, como compreendido pelos antigos, não tinham a importância que lhe foi atribuída futuramente como o avanço da modernidade, onde acabou por absorver as esferas públicas e privadas, pelo contrário, era compreendido como uma limitação humana, que, necessitava estar na constante companhia de outros de mesma espécie, a fim de garantir a manutenção de sua vida biológica.

Assim, conforme indica Arendt (2017) “a companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica, que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal.” (p. 29).

Já o político, por se tratar apenas de assuntos que não dizem respeito às necessidades do homem enquanto ser biológico, é visto como uma prática autônoma e completamente oposta ao social.

Assim, o social e o político ocorriam em espaços/esferas também opostas, sendo que o social e as necessidades de manutenção da vida, ocorriam no lar (*okia*), local característico da vida privada e da companhia meramente humana

(biológica), ao passo que o político, ocorria na esfera pública a *pólis*, onde a companhia com seus iguais, em nada com se assemelhava com a naturalmente imposta pela natureza e com os assuntos da vida privada.

Daí advém a ideia de que a política só pode ocorrer entre cidadãos em meio ao ambiente de comum ocupação entre eles, no caso a cidade. A liberdade do cidadão, porém, só é obtida por meio da sua libertação das necessidades da vida, ou seja, da libertação dos assuntos que dizem respeito à esfera privada/familiar.

Tal libertação, deveria ser obtida na esfera privada, onde o *pather* família, muitas vezes por meio da violência, tinha o poder absoluto de subjugar escravizados e membros de sua família a fim de obter tal liberdade e ascender como cidadão.

Tal relação com a violência e o poder soberano do patriarca é aqui destacada pois define algo fundamental para a compreensão da privatividade em seu sentido original. Para os gregos, o sentido do privado está ligado à ideia de privativo, ou seja, de estar privado de assumir sua posição política, tendo em vista as amarras que suas necessidades biológicas (sociais) lhe impõem.

Para superar tais amarras o chefe da família tem o direito de, utilizando de seu poder incontestável, fazer uso da forma pré-política de resolução de conflitos, a violência. Exercendo tal poder e vendo-se livre de sua condição social primordial, pode assim ascender a sua posição política e se relacionar com seus iguais por meio das formas políticas de o fazer, ou seja, por meio da ação (*práxis*) e do discurso (*lexis*).

Tal afirmação demarca outra importante característica da esfera pública, a busca por formas políticas para resolver os assuntos comuns, que aos poucos vai sendo relegada ao discurso, fazendo com que, no pensamento grego, os assuntos referentes a interesses públicos cada vez mais sejam resolvidos por meio de

palavras ante a violência relegada à esfera privada da *oikia*.

Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típico da vida fora da pólis, característico do lar e da vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos (Arendt; 2017, p. 32)

Outro importante aspecto que tal relação de oposição entre a esfera política e a esfera privada, está nas diferentes compreensões de igualdade, que para os antigos, era muito diferente da compreensão moderna que a atrela a justiça (Arendt, 2017).

Em seu sentido “original”, a igualdade significa estar fora da desigualdade de comandar ou ser comandado, viver entre iguais, o que ocorria na esfera pública. Tal relação, porém, pressupunha a existência de desiguais, aqueles que, estando fora da arena política, estavam sujeito aos mandos ou a exercer o poder despótico (Arendt, 2017).

A igualdade, portanto, apenas podia existir pois, dentro do domínio da família, ao exercer seu poder, o patriarca, afirmava sua vitória sobre o social, podendo, na esfera política, caminhar livremente sem os ônus de ter de comandar ou ser comandado.

Essa relação entre a igualdade e a esfera política toma contornos interessantes ao se tentar pensar a relação entre a deficiência e o neoliberalismo na ótica do biopoder, como feita por Pagni (2023).

Como bem descrito por Arendt (2017), apenas eram iguais aqueles que acediam a condição de cidadão, no que diz respeito aos demais, aqueles que permaneciam à margem da sociedade, esses, estavam expostos aos riscos da vida

privada de sofrerem diversos tipos de violência.

Como aponta o autor (Pagni, 2023), no projeto político neoliberal a fim da manutenção da ordem vigente, cria-se a necessidade de assimilar parte das existências ditas “anormais” por meio de instrumentos jurídicos, legislativos e educacionais, garantido a elas certa segurança, já as demais existências que não se enquadram ou assujeitam a tais instrumentos, são colocadas à margem da sociedade, onde os riscos a violência são frequentes.

Evitando entrar agora em mais questões acerca de nossa contemporaneidade, faz-se necessário dar continuidade ao projeto filosófico de Hannah Arendt (2017), a fim de compreendermos os processos pelos quais a modernidade foi cada-vez mais se afastando da discursividade política e adentrando a uma racionalidade científica normatizam-te que, exclui a diferença do campo político e a relega a vida privada (Arendt, 2017; Pagni, 2023).

## **1. 2. A Ascensão do Social e seus impactos no mundo moderno**

A oposição clássica entre o político e o privado foi, ao longo do tempo, se perdendo no pensamento político ocidental com a ascensão do que chamamos hoje de sociedade e a elevação da administração doméstica e dos assuntos do lar, como assuntos de importância pública, como afirma Arendt (2017):

O que nos interessa nesse contexto é a extraordinária dificuldade com que, devido a esse desdobramento, compreendemos a divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre a esfera da *pólis* e a esfera do lar, da família e, finalmente, entre as atividades relativas a um mundo comum e aquelas relativas a manutenção da vida, divisão essa na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente por si

mesma. Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos assuntos diários devem ser zelados por uma gigantesca administração doméstica de âmbito nacional. (Arendt, 2017, p. 35).

A ascensão do social, para além da absorção das esferas pública e privada, altera também seus significados, assim, o privado que, para o pensamento clássico, trazia consigo a ideia de privação, ganham agora um novo sentido, hoje atribuído por nós como privacidade, como forma de proteger aquilo que há de mais íntimo no homem, da intrusão do social (Arendt, 2017).

A própria descoberta da intimidade, foi, para autora (Arendt, 2017), resultado de uma rebeldia contra essa intrusão da sociedade a aquilo que havia de mais próprio do homem, rebeldia essa, iniciada por Rousseau e os românticos, que não ia em direção à opressão do estado, mas:

contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade, contra a intrusão desta última em uma região recôndita do homem que, até então, não necessitava de proteção especial. [...] O indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos, sua incapacidade tanto de sentir-se à vontade na sociedade quanto de viver completamente fora dela, seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo de sua vida emocional nasceram dessa rebelião do coração. (Arendt, 2017, p. 48).

É válido destacar que, essa revolta, da qual surgiu a descoberta da intimidade, não se dirige ao político enquanto esfera comum, mas sim a essa esfera híbrida que conhecemos enquanto sociedade e seu nivelador “conformismo inerente

a toda a sociedade” (Arendt, 2017, p. 48), que exige que seus membros se comportem conforme leis científicas e estatísticas e não mais pratiquem a ação em termos políticos.

Tal conformismo, inverte profundamente o local sobre o qual a diferença e individualidade humana se manifesta e os sentidos que tais diferenças exercem sobre o homem político em relação ao homem social.

Retomando o conceito da ação enquanto atividade estritamente política e ligada a condição humana da pluralidade. A individualidade só existe no pensamento grego pois, na esfera política estar em igualdade permitia que o homem enquanto ser subjetivo pronunciasse sua verdade em face da verdade da maioria e assim valora-se sua diferença (Arendt, 2017, Pagni, 2023).

Tal relação política entre a diferença e a individualização perde sua posição de destaque na coletividade para assumir um status de anormalidade e marginalidade em relação aos demais que se conformam ao comportamento esperado e previsto por leis econômicas e estatísticas (Arendt, 2017, Pagni, 2023), fenômeno esse resultante da exclusão da ação que não mais encontra espaço após a absorção da esfera pública por parte da social.

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era excluída do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária. (Arendt, 2017, p. 50).

Assim, em termos políticos, o que rege nossa coletividade não são mais as

práticas discursivas e dialógicas, mas sim, o interesse único da sociedade, representado por uma “isonomia política”. Esse interesse único na antiguidade era característico do lar privado onde o *pater familia* exercia seu poder incontestável (Arendt, 2017, Pagni, 2023).

O interesse único, por ser representado pelo interesse econômico, acaba também por demonstrar a mudança na hierarquia entre as atividades humanas já que agora a obtenção de recursos para a sobrevivência e manutenção da vida se tornou prioridade, elevando o trabalho como principal fazer no mundo moderno (Arendt, 2017).

É o mesmo conformismo, a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação aos demais, que está na base da moderna ciência de economia, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade e que, juntamente com seu principal instrumento técnico, a estatística, se tornou a ciência social por excelência. **A economia – que até a era moderna constituía uma parte não muito importante da ética e da política, e que se baseia na premissa de que os homens agem em relação à suas atividades econômicas como agem em relação a tudo mais – só veio adquirir caráter científico quando os homens se tornaram seres sociais e passaram a seguir unanimemente certos padrões de comportamento, de sorte que aqueles que não seguissem as regras podiam ser considerados associais ou anormais.** (Arendt, 2017, p. 51, grifo meu)

Tal substituição, faz com que a sociedade moderna, torne-se “uma sociedade de trabalhadores sem trabalho” (Arendt, 2017, p.5). Onde o desenvolvimento técnico-científico possibilita que o homem não mais trabalhe.

Porém esse fardo que na antiguidade impossibilitava a ascensão do indivíduo a esfera política não se resume mais a uma prática libertadora em tempos em que não mais agimos.

Tendo em vista esse panorama que contextualiza a modernidade e seus conflitos, faz-se necessário problematizar como nosso mundo moderno, impacta sobre a pessoa com deficiência.

Como já elencado na introdução do presente ensaio, foi justamente nesse curto período histórico, que, com a aproximação do conhecimento técnico-científico do saber médico, a categoria deficiência emergiu em nossa realidade social (Barreto, 2016).

Como exposto acima, há uma forte tendência em nossa sociedade moderna em normalizar seus indivíduos, sujeitá-los a regras que caibam em leis estatísticas e econômicas e de classificar como anormais aqueles que não se encaixam em seus padrões de comportamento (Arendt, 2017).

Tais discussões, serão aprofundadas nas próximas sessões desse ensaio, que tem por objetivo, aproximar os conceitos de diferença, diversidade e diferença, tomando como pano de fundo a presente construção e interpretação da modernidade. Para tal, serão retomados aspectos políticos, culturais e históricos que permearam a construção da identidade da pessoa com deficiência, e os movimentos que culminaram na crescente reivindicação dessas pessoas ao protagonismo de suas vidas.

Como perspectiva inicial, apresenta-se alguns aspectos históricos e filosóficos acerca do pensamento médico e da moderna institucionalização de uma consciência política médica (Foucault, 2006).

A ênfase dada a este tema está na grande influência com a qual a medicina

moderna influenciou na construção da categoria denominada como deficiência (Barreto, 2016), em uma interface onde se estabelece uma relação entre o corpo “saudável” e o corpo “não saudável” e assim, uma normatividade entre o normal e o patológico (Foucault, 2006; Canguilhem, 2009).

Tal normalização é característica pujante da sociedade moderna. Sendo assim acaba por atravessar a pessoa com deficiência em diferentes contextos e situações onde sua participação e autonomia são colocadas em jogo, situações essas que, na maioria das vezes resultam em seu apagamento (Barreto, 2016; Foucault, 2006; Pagni, 2023).

Tendo em vista o objetivo desse ensaio, de discutir a diferença em interface com a coletividade e a subjetividade moderna. Faz-se importante compreender a forma com que o saber e a experiência médica passaram do campo particular (corpo do doente) para o coletivo (corpo social), e, dessa forma estabeleceram uma relação política entre o médico e a sociedade (Foucault, 2006), e entre a doença e diferença (deficiência).

## **2. CLÍNICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVA FOUCAULTIANAS ACERCA DA DOENÇA E A DEFICIÊNCIA.**

Além de uma nova e profunda reconfiguração do político e a inauguração da sociedade como a vislumbramos hoje, niveladora e sem um distanciamento visível entre os assuntos e a organização pública e privada (Arendt, 2017). A era moderna trouxe consigo uma profunda ressignificação de diversos campos teóricos e práticos do conhecimento.

Como nos apresenta Arendt (2017), a partir da era moderna, o conhecimento científico, acaba por criar e reproduzir as verdades que regem nosso interesse social, verdades essa que, longe de serem conhecimentos neutralizados, acabam por nivelar o homem enquanto sujeito único e diverso, aos interesses de uma sociedade que busca a padronização e o comportamento em face da ação.

Dentre os campos produtores de tais verdades, um grande destaque deve ser feito ao discurso médico e a influência e o poder que assumiu em relação a vida cotidiano do homem moderno (Foucault, 2006). Tal conhecimento, ao totalizar a realidade em uma relação entre o normal e o patológico (Canguilhem, 2009), acabou por estabelecer uma “consciência médica” (Foucault, 2006), fundamental para a biologização social e a consolidação de uma política e moral médicas, sobre as quais diferentes formas de intervenções e instrumentos surgiram com o intuito de normalizar o ser humano (Foucault, 2006; Pagni, 2023).

Em interface com a pessoa com deficiência, os efeitos que uma sociedade normalizante e o domínio médico produziram ainda são profundos e extremamente presentes em nossa contemporaneidade. Tal influência é percebida em diferentes contextos e interações dos quais a educação não se exime, ao apresentar serviços e

estruturas que visam uma educação compensatória aos educandos hoje denominados como alunos público-alvo da educação especial (PAEE) (Pagni, 2023).

Antes de entramos nessa importante discussão, há a necessidade de esclarecer, como em meio ao avanço da modernidade, o conhecimento médico adquiriu tal status e poder sobre nossa sociedade, em um processo de aproximação do saber médico com o conhecimento científico (Foucault, 2006). Poder esse estabelecido em uma relação dialética com sua verdade, onde tal poder “residia na verdade de seu conhecimento, mas, inversamente, seu poder criava sua verdade” (Foucault, 2008 citado por Barreto, 2016, p. 23).

Assim, por meio do referencial teórico ligado a Foucault (2006), apresenta-se alguns aspectos acerca da formação do pensamento médico e de sua ascensão enquanto uma clínica social, onde uma consciência médica com política e moral próprias acabam por totalizar a realidade e, aos poucos, vai absorvendo e aprisionando sujeitos a uma relação entre médico e paciente, onde o olhar clínico, ganha o poder de afirmar sua verdade sobre corpos mudos.

### **2.1. A Experiência Clínica: entre o visível e o invisível; o enunciável e o não pronunciado.**

Em “O Nascimento da Clínica”, Foucault (2006) dirige seu olhar para as mudanças do discurso médico ocorridas entre os séculos 18 e 19. Tais mudança que, à primeira vista, denotam um rompimento entre um olhar fantasioso, em relação a outro que nos parece preciso, constante e coerente com a verdade de um mundo objetivo, não diz respeito a uma ruptura entre uma visão fantástica, ou um retorno às tradições empíricas, mas sim, a uma reorganização do saber onde as figuras da dor:

foram redistribuídas no espaço em que se cruzam os corpos e olhares. O

que mudou foi a configuração surda em que a linguagem se apoia, a relação de situação e de postura entre o que fala e aquilo de que se fala. (Foucault, 2006, p. 7)

O autor diz ser necessário para uma real compreensão da “mutação do discurso” (Foucault, 2006, p. VIII), voltar-se ao nível em que, as “palavras” e as “coisas”, ainda não se separam, assim, investigar a nível do visível e do invisível, do enunciável e do não dito, a fim de que, se encontre a verdadeira articulação entre a linguagem médica e seu objeto, estabelecendo-se assim no nível da espacialização e da verbalização do patológico:

É preciso se colocar e, de uma vez por todas, se manter no nível da espacialização e da verbalização fundamentais do patológico, onde nasce e se recolhe o olhar loquaz que o médico põe sobre o coração venenoso das coisas. (Foucault, 2006, p. 8).

Como destaca o autor, o nascimento da medicina moderna é historicamente demarcado pela passagem entre o final do século 18 e o início do século 19, onde o pensamento médico assume seu retorno a “modéstia eficaz do percebido”, fruto de uma reorganização entre o visível e o invisível, que, “fez aparecer sob o olhar e na linguagem o que se encontrava aquém e além de seu domínio” (Foucault, 2006, p. VIII).

O acontecimento fulcral de tal mudança, está no desenvolvimento técnico-científico que permitiu ao olhar médico, acessar ao, outrora oculto, cérebro humano, acontecimento onde:

O fruto, então, se abre: sob a casca, meticulosamente fendida, surge algo,

massa mole e acinzentada, envolvida por peles viscosas com nervuras de sangue, triste polpa frágil em que resplandece, finalmente liberado, finalmente dado à luz, o objeto do saber. (Foucault, 2008, p. 9).

Assim, o conhecimento médico, ao assumir seu retorno ao perceptível, acaba também por ressignificar e reorganizar o ato de ver, onde o olho, passa a ser o depositário da luz e da verdade, e da própria definição do indivíduo, que não mais se atrela a uma compreensão idealizada da essência humana, como algo inacessível ao conhecimento prático, mas sim, reconhece o ser humano como objeto circunscrito em um mundo objetivo (Foucault, 2006).

Tal concretude, permite à experiência clínica, através de um olhar rigoroso e vigilante, construir sobre o ser humano um discurso de base científica, de forma que, ao ser passível ao olhar, depositário da luz, o corpo mudo e obscuro, receba a clareza da racionalidade médica, tornando-se objeto de seu discurso:

O olhar não é mais redutor, mas fundador do indivíduo em sua qualidade irreduzível. E, assim, torna-se possível organizar em torno dele uma linguagem racional. O objeto do discurso também pode ser um sujeito, sem que as figuras da objetividade sejam por isso alteradas. Foi essa reorganização formal e em profundidade, mas do que o abandono das teorias e dos velhos sistemas, que criou a possibilidade de uma experiência clínica: ela levantou a velha proibição aristotélica: poder-se-á, finalmente, pronunciar sobre o indivíduo um discurso de estrutura científica. (Foucault, 2006, p. 11)

É válido destacar que, na perspectiva foucaultiana, o discurso, quando formulado, não apresenta a totalidade de seus significados e intenções. É da

natureza da linguagem que, as palavras não traduzam a totalidade de intenções que o discurso carrega, tais intenções, porém, por mais que não tenham sido pronunciadas, ainda residem nas palavras, onde “espera, na obscuridade, nossa tomada de consciência para vir à luz e pôr-se a falar.” (Foucault, 2006, p. 13).

Assim, o comentário passa a ter importante papel para o desvelo desse “resto” não formulado, ao considerar-se a palavra enquanto ato de “tradução” (Foucault, 2006, p. 14), em um processo em que, interroga o discurso sobre o que esse diz e o que quis dizer, entre o que está visível em seu texto, e aquilo que oculta em seu jogo de palavras.

Não se limitando a uma análise que se prenda em tal relação entre a palavra e a multiplicidade de significados manifestos em um significante, o autor busca fazer uma análise do discurso médico voltando-se para seu aparecimento histórico onde:

O sentido de um enunciado não seria definido pelo tesouro de intenções que contivesse, revelando-o e reservando-o alternadamente, mas pela diferença que o articula com os outros enunciados reais e possíveis, que lhes são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo. Apareceria, então, a história sistemática dos discursos. (Foucault, 2006, P. 14)

Voltando tal perspectiva para a alteração no discurso e no saber médico do século 19, há a constatação que, o retorno a clínica pelos médicos modernos, não é produtor de um “novo” saber, mas sim, da reorganização do perceptível e do enunciável, que abre uma nova possibilidade ao discurso sobre a doença, onde o olhar, silencioso do médico ganha voz e poder.

## **2.2. As Espacializações da Doença: da essência do mal para uma consciência social da doença**

Tendo em vista o que já foi apresentado acerca do discurso médico e as alterações pelas quais passou com o avanço da modernidade, a presente sessão do trabalho tem por objetivo, sistematizar as reflexões foucaultianas acerca das espacializações da doença ao longo do percurso histórico pelo qual a medicina clínica passou (Foucault, 2006).

Tais espacializações, dizem respeito a como a doença era lida em relação ao seu espaço de configuração, e sua manifestação no corpo do doente, local onde, a doença, naturalmente exerce sua influência e manifesta sua essência.

Para Foucault (2006), tais leituras são o ponto fundamental sobre o qual o pensamento médico guiou seu olhar e suas ações terapêuticas ao longo dos anos, passando de uma compreensão teórica de suas essências, onde, a fim de formular um conhecimento racional da doença, médico e paciente deveriam ser anulados no processo de observação, para uma compreensão social, que, direcionou o olhar e ação médica para o contexto das grandes cidades instaurando sobre a população uma política e moral vigilante e coercitiva.

Cada uma dessas espacializações será apresentada a fim de compreendermos como ao longo do processo de biologização da sociedade, o poder médico exerceu sua influência sobre o ser humano e, em nome de um bem comum, acabou por encarcerar os sujeitos desviante em hospitais, manicômios e prisões. Locais privilegiados para a ação médica e correção de tais sujeitos, dos quais a pessoa com deficiência se integra (Barreto, 2016; Foucault, 2006, Pagni, 2023).

### 2. 2. 1. A Medicina Classificatória: homologias definidoras da materialidade

A cerca da espacialização da doença, Foucault (2006) destaca que, para a nossa atual compreensão do fenômeno patológico, essa se manifesta conforme sua localização no corpo. Assim, o espaço de configuração da doença se torna análogo a localização do mal no corpo.

Tal compreensão, porém, não se trata da forma mais fundamental de leitura possível da doença. Como destaca o autor, outras espacializações a precederam e irão surgir, sem que, necessariamente a relação entre a localização do mal, ou lesão, no corpo esteja associada a configuração e à essência natural da doença (Foucault, 2006).

Pelo contrário, tal sobreposição entre a configuração da doença e sua localização no corpo, apenas se configurou na experiência médica, durante o século 19, por meio da soberania do olhar no campo perceptível da doença, onde:

a experiência lê, de uma só vez, as lesões visíveis do organismo e a ocorrência das formas patológicas; o mal se articula exatamente com o corpo e sua distribuição lógica se faz, desde o começo, por massas anatômicas. **O “golpe de vista” precisa apenas exercer sobre a verdade que ele descobre no lugar onde ela se encontra, um poder que, de pleno direito ele detém.** (Foucault, 2006, p. 2, grifo meu)

Anterior a tal soberania, a medicina classificatória, adotando um sistema de homologias, parentescos e vizinhanças, estabelece uma grande independência entre a configuração da doença e o espaço manifesto no corpo (Foucault, 2006).

Por mais que não formulada, a medicina classificatória, presumia uma forma de “configuração da doença” que, por meio de uma análise histórica do discurso,

pode ser desvelada, agindo de forma semelhante a uma genealogia patológica:

Da mesma forma que a árvore genealógica, aquém da comparação que comporta e de todos os seus temas imaginários, supõe em espaço em que o parentesco é formalizável, o quadro nosológico implica uma figura da doença diferente do encadeamento dos efeitos e das causas, da série cronológica dos acontecimentos e de seu **trajeto visível no corpo humano**.

(Foucault, 2006, p. 3, grifo meu)

O sistema acima mencionado, estabelece as hierarquias, diferenças e parentescos por meio do entrecruzamento entre uma “vertical” alinhada com as implicações da doença, e uma “horizontal” onde residem as homologias “na ordem dos derrames, o catarro está para a garganta assim como a desinteria esta para o intestino” (Foucault, 2006, p. 3).

Esse sistema de entrecruzamentos cria assim, um espaço anterior às percepções, “distribui ou hierarquiza” as doenças, na espera de que essa emerja ao olhar, a fim de a definir em sua essência. Para tal espacialização, a doença age como um organismo com vida própria. (Foucault, 2006).

Quanto a essa “primeira configuração”, alguns princípios e critérios são adotados pelos classificadores, sendo o primeiro deles, a consideração da “experiência histórica” em relação ao saber filosófico. Tal relação de oposição, como destaca o autor (Foucault, 2006), não se estabelece entre “causa e efeito”, “princípio e consequência” ou entre o “visível e oculto ou conjectural” (Foucault, 2006, p. 4)

O histórico, diz respeito a tudo aquilo que cedo ou tarde, de forma direta e indireta, chega até o olhar, em uma relação onde, os fenômenos perceptíveis da doença interagem e se coincidem entre si, estabelecendo uma “justaposição ideal de

seus elementos “históricos” sem que estejam em questão sua rede de determinações recíprocas ou seu entrecruzamento temporal.” (Foucault, 2006, p.4).

Nesse espaço único de “projeção sem profundidade e de coincidência sem desenvolvimento” (Foucault, 2006, p. 4), estabelece-se um segundo princípio, onde “as analogias definem as essências” (Foucault, 2006, p. 5). Assim, quadros semelhantes, se aproximam dentro desse espaço de projeção, assim como as diferenças, estabelecem seu parentesco e sua hierarquia (Foucault, 2006).

Quando tais parentescos se tornam fortemente interligados, define-se a essência da doença, tarefa essa que, se demonstrou a preocupação fundamental dos médicos classificatórios, no intuito de estabelecer esse espaço anterior a percepção, dos quais os médicos deveriam recorrer antes mesmo de empregar qualquer ação terapêutica que visasse a cura ou a atenuação do sofrimento (Foucault, 2006).

Quando se tornam bastante densas, essas analogias ultrapassam o limiar do simples parentesco e acendem a unidade de essência. Entre uma apoplexia que suspende de uma só vez a motricidade e as formas crônicas e evolutivas que, pouco a pouco, atacam todo o sistema motor, não há diferença fundamental: **neste espaço simultâneo, em que as formas distribuídas no tempo se reúnem e se superpõem, o parentesco se estreita a ponto de se transformar em identidade.** Em um mundo plano, homogêneo, não métrico, existe doença essencial onde há pletora de analogias. (Foucault, 2006, p. 6, grifo meu).

Esse sistema que estabelece a relação entre as analogias e as essências da doença, tornam-se base para um terceiro princípio que traz à tona o “modelo

botânico” da doença. As analogias, quando encontradas, iniciam a decifração da “disposição inteligível da doença” (Foucault, 2006, p. 6), essa que é considerada como uma espécie própria, estabelecendo uma relação natural com a vida, assim como os demais animais ou plantas a mantêm.

A racionalidade da vida é idêntica à racionalidade daquilo que a ameaça. Elas não estão, uma com relação à outra, como a natureza está para a contra-natureza; mas se ajustam e se superpõem em uma ordem natural que lhes é comum. Reconhece-se a vida na doença, visto que é a lei da vida que, além disso, funda o conhecimento da doença. (Foucault, 2006, p. 6).

Como último princípio de tal configuração primária da doença, colocasse em jogo a relação natural e ideal da doença. Como já mencionado acima, a doença, por sua natureza, se manifesta no corpo do doente, esse corpo, porém, para a medicina classificatória, é entendido como um empecilho para a real manifestação da doença em sua essência, o que pode confundir a leitura médica sobre tal. (Foucault, 2006).

O doente, para além dos sintomas reais da doença, manifesta diferentes sintomas subjetivos a depender se sua idade, humor, modo de vida, etc. Assim como o médico, para um real entendimento da doença em sua essência, ambos os sujeitos deveriam ser apagados, a fim de que a doença pudesse seguir seu curso natural.

Médicos e doentes não estão implicados, de pleno direito, no espaço racional da doença; são tolerados como confusões difíceis de evitar: o paradoxal papel da medicina consiste, sobretudo, em neutralizá-los, em manter entre eles o máximo de distância, para que a configuração ideal da doença, no vazio que se abre entre um e outro, tome forma concreta, livre,

totalizada enfim em um quadro imóvel, simultâneo, sem espessura nem segredo, em que o reconhecimento se abre por si mesmo à ordem das essências. (Foucault, 2006, p. 8).

### **2. 1. 2. A Medicina das Espécies: a doença e sua articulação com o corpo**

Para além de um quadro essencial da doença, a segunda espacialização, volta-se para a forma com que esse se articula com o espaço visível dos volumes e das massas do corpo, criando assim figuras complexas onde a essência da doença se torna visível. (Foucault, 2006).

Para a primeira espacialização, a independência entre a configuração da doença e sua localização no corpo é dada como fato. A doença, pode se localizar em diferentes espaços e até mesmo, se deslocar em relação ao seu espaço primário de manifestação, sem que isso altere sua configuração e sua essência (Foucault, 2006).

O doente, ainda é visto apenas como negativo, em relação à decifração da doença, por mais que, paradoxalmente, seja apenas nele que a doença se manifeste. Tal relação que torna irruptivo o elo entre a doença e o doente, passa a ser alvo de maior atenção desta segunda espacialização, denominada como medicina das espécies que, segundo Foucault (2006), “empenha-se em uma atenção renovada do individual – atenção cada vez mais impaciente e menos capaz de suportar as formas gerais de percepção, as apressadas leituras da essência.” (p. 15).

É dessa individualização do saber médico, que se inicia a contestação dos hospitais e do atendimento generalizado dos enfermos, em contraposição a um atendimento que vise captar as individualidades do doente. A discussão acerca dos

hospitais, como veremos no desenvolvimento do presente estudo, é recorrente, hora sendo vistos como locais de proliferação da doença, por restringir o indivíduo a um espaço longe dos cuidados familiares do lar e, colocá-lo em um ambiente onde diferentes doenças se manifestam, ora como espaços privilegiados para a intervenção e coerção médica (Foucault, 2006; Barreto, 2016).

O fato é que, essa primeira individualização do saber médico, traz consigo uma grande oposição discursiva às práticas coletivas de atendimento:

Pelo jogo da espacialização primária, a medicina das espécies situava a doença em uma região de homologias em que o indivíduo não podia receber estatuto positivo; na espacialização secundária, ela exige, em contrapartida, uma aguda percepção do singular, liberada das estruturas médicas coletivas, livre de qualquer olhar de grupo e da própria experiência hospitalar. (Foucault, 2006, p. 15).

Médico e doente, antes anulados na experiência clínica, encontram-se agora, cada vez mais imbricados em uma relação entre um olhar, e um corpo mudo e sua singularidade (Foucault, 2006). Tal imbricamento, como veremos posteriormente em Barreto (2006), com o surgimento das práticas reabilitativas, estenderá o domínio médico para além dos hospitais, fazendo com que seu poder, invada a vida cotidiana da pessoa com deficiência em um movimento de “encerramento aberto”.

Tal prolongamento da influência médica sobre os corpos considerados improdutivos, será abordada com maior detalhamento no desenvolver do presente ensaio. Seguindo com a análise histórica foucaultiana, nos deparamos com uma terceira espacialização, demarcada pelo “conjunto dos gestos pelos quais a doença, em uma sociedade, é envolvida, medicamente investida, isolada, repartida em

regiões privilegiadas e fechadas, ou distribuídas pelos meios de cura, organizados para serem favoráveis.” (Foucault, 2006, p. 16).

Tal relação da doença com a sociedade, retoma as discussões de Arendt (2017) acerca da compreensão moderna de público e privado, como será demonstrado por Foucault (2006), um dos principais embates dentro do discurso médico se localizará sobre o local de ocupação do doente e quais as intervenções devem ser disponibilizadas para seu tratamento e para o bem comum.

As discussões girarão em torno dos hospitais, como esferas públicas de isolamento do doente do corpo social, e a esfera familiar, onde a doença, seguirá seu ciclo natural, recebendo os cuidados dos entes mais próximos, o que resultará em sua cura, ou na fatalidade. (Foucault, 2006).

Como afirma o autor (Foucault, 2006), nessa terceira espacialização, diferentes grupos sociais se articulam na alternância do poder, estabelecendo novos conflitos e dialéticas em relação ao fenômeno patológico que implica:

um sistema de opções que diz respeito à maneira como um grupo, para se manter e proteger, pratica exclusões, estabelecendo formas de assistência, reage ao medo da morte, recalca ou alivia a miséria, intervém nas doenças ou as abandona a seu curso natural. Mais do que as outras formas de espacialização, ela é, porém, o lugar de dialéticas diversas: instituições heterogêneas, decalagens cronológicas, lutas políticas, reivindicações e utopias, pressões econômicas, afrontamentos sociais. Nela, todo um corpo de práticas e instituições médicas articula as espacializações primária e secundária com as formas de um espaço social de que a gênese, a estrutura e as leis são de natureza diferente. (Foucault, 2006, p. 16).

Dadas essas considerações iniciais acerca da terceira espacialização, esta que tem papel fundamental para o surgimento de uma medicina social que impactará de forma profunda o ser humano em diferentes esferas de sua vida e, mais profundamente a pessoa com deficiência (Barreto, 2016), apresenta-se agora, uma breve síntese das principais práticas e discursividades que a seguem a fim de uma maior compreensão sobre formação dessa consciência médica e de sua política e moral (Foucault, 2006).

### **2. 1. 3. A Terceira Espacialização: a medicina social e a moral médica vigilante**

Assim como a ascensão do social significou para o pensamento político um abandono das antigas tradições e a instauração de uma esfera “artificial”, onde o abismo outrora natural entre o público e o privado é “apagado”, assim como as possibilidades de ação humana (Arendt, 2017). Quando introduzida no campo social, a doença, sendo retirada de seu espaço natural, acaba por criar uma relação de artificialidade com a cidade (Foucault, 2006).

Tal relação entre a doença enquanto fenômeno natural e seu deslocamento para as grandes cidades é o ponto inicial de embate e discussão dessa terceira espacialização, onde, por um lado há um esforço médico de instaurar sua moral vigilante e coercitiva no campo social e, por outro, uma forte crítica aos hospitais e as práticas médicas coletivas em interface ao cuidado e a assistência doméstica (Foucault, 2006).

Quanto a essa primeira oposição entre a doença em seu estado natural e sua desnaturalização frente a civilização, o hospital emerge como uma instituição segregadora e isoladora que muito mais age como um agente de propagação e intensificação da doença e do sofrimento.

O hospital, como a civilização, é um lugar artificial em que a doença, transplantada, corre o risco de perder seu aspecto essencial. Ela logo encontra nele um tipo de complicação que os médicos chamam de febre das prisões ou dos hospitais [...]. De modo mais geral, o contato com os outros doentes, nesse jardim desordenado em que as espécies se entrecruzam, altera a natureza da doença e a torna mais dificilmente legível. (Foucault, 2006, p. 17).

Tomando licença para uma leitura poética da oposição entre os cuidados hospitalares e os cuidados do lar, podemos remontar o episódio da epidemia de bexiga negra (varíola) narrado por Jorge Amado em seu livro “Capitães de Areia” (Amado, 1937). Onde em meio ao surto de varíola e as desigualdades sociais geograficamente demarcadas entre a cidade alta e a cidade baixa, o governo de Salvador adota diferentes medidas a depender da classe social e do nível econômico da população.

Assim, vacinas são distribuídas às elites que habitam a parte alta da cidade, enquanto, para os moradores da cidade baixa, a polícia médica se encarrega de destinar os infectados ao lazareto. Local destinado aos seus cuidados e recuperação, mas que, na verdade, é demarcado como espaço para uma morte vigiada e isolada do contato social.

Omolú mandou a bexiga negra para a cidade. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram e Omolú era uma deusa das florestas da África, não sabia destas coisas de vacina. E a varíola desceu para a cidade dos pobres e botou gente doente, botou negro cheio de chaga em cima da cama. Então vinham os homens da saúde pública, metiam os doentes num saco, levavam para o

lazareto distante. As mulheres ficavam chorando porque sabiam que eles nunca mais voltariam. (Amado, 1937, p. 189).

A imagem do lazareto evoca os dois pontos centrais acima comentados acerca da contestação dos hospitais e das práticas coletivistas da saúde pública, onde o isolamento do núcleo familiar, resulta no prolongamento do sofrimento e, na maioria dos casos na morte, a execução de tal medida, necessita, porém, de uma articulação médica com o poder estatal para a criação de uma polícia médica (Foucault, 2006).

Apesar disto os homens da saúde pública vinham e levavam os doentes para o lazareto. Ali as famílias não podiam ir visitá-los, eles não tinham ninguém, só a visita do médico. Morriam sem ninguém saber e quando um conseguia voltar era mirado como um cadáver que houvesse ressuscitado. (Amado, 1937, p. 189)

Vale destacar também que, na relação mística que se estabelece entre a origem da doença e a divindade afro-brasileira, o processo de desnaturalização da doença é evidenciado pela descrição feita por Amado (1937) de Omolú como “uma deusa das florestas da África, não sabia dessas coisas de vacina” (Amado, 1937, p. 189), assim, o espírito selvagem da doença é evocado, e sua relação com a artificialidade da civilização acabam por resultar em um conflitante choque onde a intervenção médica acaba por impedir o fluxo natural da varíola (Foucault, 2006).

Em meio a esse episódio, residentes do trapiche habitado pelo grupo de menores infratores acabam por serem contagiados com a varíola e ao identificar seus sintomas, diferentes atitudes frente a ela são tomadas como a proteção dos

infectados pelo líder “Pedro Bala” que prefere assumir os riscos de contágio, ao ver seus companheiros morrerem longe do trapiche.

— Não vae. — repetiu Pedro Bala.

— Porque, meu filho? — perguntou o padre José Pedro.

— Tú sabe, padre, que ninguém volta do lazareto. Ninguém volta. E ele é um da gente, um do grupo. A gente não pode fazer isso...

— Mas é a lei, filho.

— Morrer?

O padre mirou Pedro Bala com os olhos abertos. Aqueles meninos viviam a lhe dar surpresas, sempre mais adiantados em inteligência do que ele pensava. E, no fundo, o padre sabia que eles tinham razão.

— Não vae, não, padre... — afirmou Pedro Bala.

— Então que é que você vae fazer, meu filho?

— Tratar dele aqui...

— Mas como?

— Chamo Don'Aninha...

— Mas ela não sabe tratar de ninguém.

Pedro Bala ficou confuso. Passado um momento disse:

— É melhor que morra aqui que no lazareto. (Amado, 1937, p. 194-195)

Por outro lado, houve a contravenção da ordem e desejo de Pedro Bala, por parte dos garotos do grupo, ao se afastarem de seu “lar” e se direcionarem volitivamente ao “templo da morte” (Foucault, 2006, p. 17) no intuito de evitar que a doença se propagasse entre os garotos residentes do trapiche como no caso de Boa Vida:

Chegou no seu canto, fez uma trouxa com seus trapos. Professor ficou espiando aquele movimento:

— Tu vae embora?

Boa Vida andou até ele com a trouxa debaixo do braço:

— Tú não diz a ninguém. Só a Bala...

— Pra onde tú vae?

O mulato riu:

Pro lazareto...

Professor olhou os braços cheios de bolhas, os peitos.

— Tú não vae, Boa Vida

— Porque, mano?

— Tú sabe. É buraco na certa...

— Tú pensa que eu vou ficar aqui pra pegar nos outros? [...]

[...] Boa Vida olhou a cidade, fez um gesto com a mão. Era como um adeus.

Boa Vida era malandro e ninguém ama sua cidade como os malandros.

(Amado, 1937, p. 208).

A resolução de tal capítulo do livro se mostra favorável a recuperação de Boa Vida, que retorna ao trapiche após sobreviver à varíola. Algo marcante sobre esse episódio está no relato de Boa-Vida que, ao ser questionado sobre como era o lazareto, o descreve como o ato de entrar em um caixão (Amado, 1937).

Tal passagem é trazida ao presente ensaio pois, as imagens evocadas pelo relato de Jorge Amado, podem nos ajudar a interpretar diferentes conceitos do pensamento foucaultiano dos quais o espaço limitado do texto não permite ser mais bem abordados, tais como o biopoder e necropolítica (Mbembe, 2016).

Essa passagem ainda será retomada no intuito de a utilizar para demonstrar a forma com que o saber médico se articulou com o poder estatal e demais intuições públicas a fim de instaurar uma moral vigilante e coercitiva sobre a população (Foucault, 2006).

Para a conclusão da presente sessão, é válido destacar a importância das epidemias para o surgimento de uma consciência política, onde essa institucionalização ganha corpo e instrumentos econômicos e políticos (Foucault, 2006).

### **3.2. A institucionalização da moral médica**

Em linhas gerais, até o presente momento discutiu-se a doença enquanto condição individual do doente e, dessa forma, observou-se a influência do olhar médico e o seu poder sobre um corpo (Foucault, 2006).

É claro que, tratando-se de um sujeito, um ser que, em sua individualidade, afeta o coletivo, mesmo fechado a tal individualização do patológico, o discurso clínico impacta sobre o corpo social o modificando e transformando em vista de seus interesses.

Até então, os impactos do saber médico sobre a realidade coletiva ainda estavam limitados por tal individualização, o que não lhe dava forças o suficiente para adentrar em definitivo no espaço político coletivo.

Essa inserção, se dará a partir do surgimento gradativo de uma “consciência política” (Foucault, 2006), que tem como importante fator a ascensão da medicina enquanto ciência necessária à garantia (ou manutenção) de um bem comum (Pagni, 2023; Barreto, 2016). Destaca-se que, para esse fim, a medicina fez-se valer das epidemias, que, por serem fenômenos de natureza coletiva, acabaram por deslocar

a percepção do patológico de um campo subjetivo, para a coletividade das grandes cidades (Foucault, 2006).

Tal deslocamento, altera o suporte perceptível da experiência médica, que agora não mais se orienta para o tipo específico da doença, mas sim para o núcleo de circunstâncias que serve como elo ligação entre a doença enquanto fenômeno singular e ao mesmo tempo coletivo, encadeamento esse que ocorre dentro de momento e espaço específicos (Foucault, 2006).

A análise de uma epidemia não se impõe como tarefa reconhecer a forma geral da doença, situando-a no espaço abstrato da nosologia, mas reencontrar, sob os signos gerais, o processo singular, variável segundo as circunstâncias, de uma epidemia a outra que, da causa à forma mórbida, tece em todos os doentes uma trama comum, mas singular, em um momento do tempo e em determinado lugar no espaço. (Foucault, 2006, p. 25).

A epidemia configura a doença como um fenômeno de “global singularidade”, essa nova configuração, global pela multiplicidade de quadros semelhantes e individual, por estar presa às circunstâncias de um local e um período específico de tempo, determinando uma “individualidade histórica” da epidemia (Foucault, 2006, p.26) exige que uma nova forma de observação se instaure na experiência médica.

Observação essa que, dissolve o olhar, antes fechado a um golpe de vista prolongado sobre o corpo do paciente, e volta-se ao cruzamento entre olhares que os especialistas fazem em relação às circunstâncias do local e do momento em que os quadros semelhantes se manifestam (Foucault, 2006):

Fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso

descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto. Deve-se transcrever o acontecimento detalhadamente, mas também segundo a coerência que implica a percepção realizada por muitos (p. 26).

Tal método de observação inicia a institucionalização da medicina social, essa, porém, só pode de fato ocorrer por meio de uma “intervenção constante e coercitiva” (Foucault, 2006, p. 26), dessa forma com a instauração de uma polícia médica, de inspetores de saúde e de um regulamento de saúde que deveria ser transmitido pelas instituições e assimilado pela população conforme um código moral (Foucault,2006).

quando se trata das figuras terciárias, que devem distribuir a doença, a experiência médica e o controle do médico nas estruturas sociais, a patologia das epidemias e a das espécies se encontram diante das mesmas exigências: A definição de um estatuto político da medicina e a constituição, no nível de um estado, de uma consciência médica, encarregada de uma tarefa constante de informação, controle e coação; exigências que “compreendem objetos tanto relativos à polícia quanto propriamente da competência da medicina. (Foucault, 2006, p. 27).

Nesse contexto, os anos finais do século 19 desencadeia intensas propostas de reformas que, por mais que, não tenham se concretizado em sua totalidade, alteraram o saber e a experiência médica, que não mais se voltava ao saber das enciclopédias, homologias e essências da patologia, mas sim, a um conhecimento constantemente revisado dos elementos que, agrupados eram vistos como difusores da epidemia, conhecimento esse que, não mais se restringia ao corpo doente ou a

quadros fixos das essências (Foucault, 2006).

O que define o ato do conhecimento médico em sua forma concreta não é, portanto, o encontro do médico com o doente, nem o confronto de um saber com uma percepção; é o cruzamento sistemático de várias séries de informações homogêneas, mas estranhas umas às outras – várias séries que envolvem um conjunto infinito de acontecimentos separados, mas cuja interligação faz surgir, em sua dependência isolável, o *fato individual*. (Foucault, 2006, p. 32)

Essa “libertação” do saber médico, acaba por aos poucos, institucionalizar uma consciência médica que possibilita a circulação de tal saber sobre o espaço social, o olhar médico acaba por ampliar sua influência e circular de forma vigilante sobre a “experiência cotidiana” (Foucault, 2006, p. 33).

Essa livre circulação do médico no campo social acaba não só por instituir e demandar que medidas legislativas e instrumentos que possibilitem a centralização e o controle da atividade médica, como também, prologam o efeito de seu saber que, não é mais restrito aos especialistas, mas deve ser difundido na população a fim de que a própria instaure em si uma autoconsciência vigilante (Foucault, 2006).

como se não bastasse a implantação dos médicos, pede-se que a consciência de cada indivíduo esteja medicamente alerta; será preciso que cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina. E cada prático deverá acrescentar à sua atividade de vigilante uma atividade de ensino, pois a melhor maneira de evitar que a doença se propague ainda é difundir a medicina. **O lugar em que se forma o saber não é mais o jardim patológico em que Deus distribui as espécies; é uma**

**consciência médica generalizada, difusa no espaço e no tempo, aberta e móvel, ligada a cada existência individual, mas também à vida coletiva da nação.** (Foucault, 2006, p. 34, grifo meu).

Nesse contexto, Foucault (2006) nos apresenta dois mitos que surgiram no imaginário coletivo dos anos finais do século 18 que, por mais que contraditórios em relação a suas crenças, definem o projeto da experiência médica do período (Foucault, 2006).

O primeiro deles, diz respeito a instituição de uma “profissão médica nacionalizada” (Foucault, 2006, p. 34), que investe sobre a profissão médica semelhante influência a do clero, assim, assim como o clero tinha o dever de zelar pelas almas, o médico tinha o poder sobre a saúde do corpo e da cidade (Foucault, 2006).

Já o segundo, identifica uma origem moral da doença. Esse mito, parte da pressuposição de que, os, pecados, paixões, desejos e excessos da vida do homem o levam ao adoecimento, sendo assim, a tarefa médica está associada a reabilitação e restituição do estado original da sociedade, onde a doença, seria enfim extinta (Foucault, 2006).

Quanto ao papel designado ao médico nesse segundo mito, destaca-se que sua atuação seja política, ao tornar-se a figura responsável por combater as misérias de uma sociedade desigual, onde a riqueza, concentrada na mão de poucos, acaba por desvirtuar aqueles que a possuem, se acabando em vícios e em ociosidade e, de forma duplamente onerosa, em sua busca pela acumulação e riqueza, a elite acaba por assujeitar aos pobres à miséria e a insalubridade (Foucault, 2006).

Foucault (2006) demonstra que tais mitos, por mais que não tenham

passado de credices, acabam por exercer forte influência no estabelecimento de um poder moral da medicina, que agora, não foca apenas no estudo das doenças, mas também se torna responsável pelo estabelecimento de um homem modelo:

A medicina não deve ser apenas o *corpus* de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do *homem saudável*, isso é, ao mesmo tempo uma experiência do *homem não doente* e uma definição do *homem modelo*. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. (Foucault, 2006, p. 39).

Assim, estabelecesse com a medicina uma relação entre saúde e normalidade, como nos apresenta Foucault (2006), ao passo em que, no século 18, a medicina tinha um maior vínculo com a saúde, no século 19, o saber médico se orienta em relação a “um tipo de funcionamento ou estrutura orgânica” (Foucault, 2006, p. 39), do qual estabeleceria seus conceitos e prescrições.

Acerca de tal normatividade, é válido destacar as reflexões de Canguilhem (2009) em sua obra “O Normal e o Patológico”. Utilizando de um recorte histórico semelhante ao analisado por Foucault em O Nascimento da Clínica (Foucault; 2006), o autor problematiza o fenômeno patológico e sua relação entre o estado normal (saudável) do indivíduo e seu estado de anormalidade (patológico).

Sobre essa discussão, o autor apresenta que, ao longo do pensamento médico, há uma grande oscilação entre as teorias médicas dinamistas, que, assim como a supracitada compreensão botânica, estabelece uma relação de continuidade entre a saúde e a doença, não projetando essa última como uma contra-natureza,

mas sim como um estado natural do ser humano, onde a doença e a cura estão interligadas como processo natural de recuperação da harmonia do ser humano:

A doença não é somente desequilíbrio ou desarmonia; ela é também, e talvez sobretudo, o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio. A doença é uma reação generalizada com intenção de cura. O organismo desenvolve uma doença para se curar. A terapêutica deve, em primeiro lugar, tolerar e, se necessário, até reforçar as terapêuticas espontâneas. A técnica médica imita a ação médica natural. (Canguilhem, 2009, p. 11).

E as teorias ontológicas da doença, que assim como a medicina das espécies, e o pensamento classificatório, buscavam compreender a doença em relação a sua manifestação anatomo-fisiológica, muitas vezes relacionando a doença, ou o estado patológico, a uma relação quantitativa de falta ou excesso (Canguilhem; 2009).

Entre os embates teóricos que cercam essas duas diferentes compreensões, permanece, porém, a relação entre o normal e o patológico como paradoxais uma à outra.

Essas duas concepções têm, no entanto, um ponto em comum: encaram a doença, ou melhor, a experiência de estar doente, como uma situação polêmica, seja uma luta do organismo contra um ser estranho, seja uma luta interna de forças que se afrontam. A doença difere da saúde, o patológico, do normal, como uma qualidade difere de outra, quer pela presença ou ausência de um princípio definido, quer pela re-estruturação da totalidade orgânica. (Canguilhem, 2009, p. 12).

Dentro dessa lógica, Canguilhem (2009), destaca que há uma tendência no pensamento médico que considerar a doença como uma variação quantitativa em relação ao normal, baseando-se ora do déficit ou excesso de algum estímulo, reação orgânica ou substância.

De certa forma, essa lógica não se restringiu apenas ao campo biológico, mas ultrapassou o domínio do social que, na modernidade, utiliza dessa mesma tendência ao tentar quantificar o corpo social a leis estatísticas (Arendt, 2017), aprisionando muitas vezes a diferença a quantidade, onde a falta ou o excesso de alguma função, representa característica necessária para desqualificar político e juridicamente, pessoas que carregam em seu corpo o estigma da diferença, opondo-se a compreensão clássica onde, essas mesmas diferenças eram vistas como uma interface qualitativa que vinham a transformar o corpo social (Pagni,2023).

Quanto ao que se segue em relação a normatividade, Canguilhem (2009) demonstra que, essa diz respeito a um problema de existência, onde a norma, é utilizada como um modelo ideal que visa inscrever um conceito ou padrão, impalpável ou inalcançável em nossa realidade objetiva, a fim de modificar essa última:

Durante muito tempo procurou-se descobrir se seria possível provar a existência do ser perfeito a partir de sua qualidade de perfeito, já que, tendo todas as perfeições, ele também teria a capacidade de criar sua própria existência. O problema da existência efetiva de uma saúde perfeita é análogo. Como se a saúde perfeita fosse apenas um conceito normativo, um tipo ideal? Raciocinando com todo o rigor, uma norma não existe, apenas desempenha seu papel que é de desvalorizar a existência para permitir a correção dessa

mesma existência. Dizer que a saúde perfeita não existe é apenas dizer que o conceito de saúde não é o de uma existência, mas sim o de uma norma cuja função e cujo valor é relacionar essa norma com a existência a fim de provocar a modificação desta. Isso não significa que saúde seja um conceito vazio. (Canguilhem, 2009, p. 25).

Esse jogo ideal, entre a norma e a existência, demonstra o quanto as questões referentes a patologia ou a normalidade, não podem ser inscrita apenas em termos científicos e objetivos, por mais que haja uma forte tendência moderna em, racionalizar a realidade e dessa forma, moldar a natureza por meio desse mesmo conhecimento (Canguilhem; 2009; Pagni; 2023, Barreto; 2016), racionalização essa que, para Arendt, é o que suscita nas massa o moderno desejo de romper com sua condição humana original.

Por fim, o autor demonstra que, a relação de interação entre o indivíduo e o meio, físico, biológico ou social, não se dá pela mera adaptabilidade desse as exigências do meio, mas está relacionado com aspectos subjetivos nos quais o sujeito, em meio as exigências externas, suas limitações e potencialidades, e as exigências que faz sobre si mesmo, estabelece a quantidade de energia que despedira a fim de atender a essas exigências, criando assim sua própria norma em meio a múltiplos fatores objetivos e subjetivos, associados a sua história de vida.

Nessas condições, o normal e o anormal são determinados não tanto pelo encontro de duas séries causais, independentes — o organismo e o meio —, mas, sobretudo, pela quantidade de energia de que o agente orgânico dispõe para delimitar e estruturar esse campo de experiências e de empreendimentos a que chamamos nosso meio. Mas — perguntar-se-á —,

como acharíamos a medida dessa quantidade de energia? Essa medida deve ser procurada apenas na história de cada um de nós. Cada um de nós fixa suas normas ao escolher seus modelos de exercício. A norma do corredor de fundo não é a mesma do sprinter. Cada um de nós muda suas próprias normas, em função da idade e de suas normas anteriores. A norma do antigo sprinter não é mais sua norma de campeão. É normal, isto é, conforme à lei biológica do envelhecimento, que a redução progressiva das margens de segurança acarrete a diminuição dos níveis de resistência às agressões do meio. As normas de um velho seriam consideradas como deficiências do mesmo homem, quando adulto. Esse reconhecimento da relatividade individual e cronológica das normas não representa um ceticismo diante da multiplicidade, e sim tolerância diante da variedade. (Canguilhem, 2009, p. 109)

Dadas essas considerações, reitero o objetivo do presente quadro conceitual, que visa ser base para vislumbrar, como a modernidade e sua racionalização, criaram essa forte tendência de racionalizar o homem e a existência, construindo sobre ele um discurso de base científica, que tende a normatizar a realidade.

Conforme aponta Barreto (2016) é no contexto dessa racionalidade científica que surge esse desejo do homem de decifrar a natureza a fim de manipulá-la e transformá-la aos seus interesses.

Os seres humanos alimentaram a certeza da possibilidade de controle sobre sua própria história, sobre sua evolução. O homem se descobriu espécie e sua superioridade orgânica lhe parece garantida pela presença de sua racionalidade. A vida pode ser decifrada, manipulada e modificada. (Barreto,

2016, p. 22)

Tal racionalização, já foi comentamos anteriormente ao discutir as questões introdutórias sobre a obra de Arendt (2017) e o desejo das massas de romper com sua condição humana.

Assim, resgata-se o percurso feito até o momento em que, em primeiro lugar, utilizou-se do referencial Arendtiano, a fim de compreender as oposições entre o pensamento clássico e o moderno e assim, contextualizarmos esse último como um período marcado pela alienação social e pela profunda racionalização do ser humano e da natureza.

Essa racionalização, foi traduzida em termos biológicos e sociais pelo pensamento médico, que, ocupou parte fundamental para o pensamento liberal, transformando-se na ciência responsável pela proteção do corpo social das constantes ameaças a ordem e a segurança do espaço coletivo, por parte de sujeitos desviantes que, tinham impressos em seus corpos, as marcas do estigma sociocultural (Pagni, 2023; Barreto, 2016).

A sociedade moderna encontrou na normalização uma maneira de regulamentar o corpo-espécie ou a vida da população com padrões científicos, supostamente universais, apoiando-se no desenvolvimento da medicina social e, particularmente, das práticas clínicas no século XIX.  
(Pagni, 2023, p. 30)

Conhecimento biomédico esse que, unido as reflexões acerca da patologia e da projeção do ser doente como uma figura representativa de perigo a sociedade (Pagni, 2023; Barreto, 2016), acabou por condicionar as noções e práticas sociais

que temos acerca da deficiência: “a noção de que aquilo que se entende hoje como deficiência esteve atrelada à emergência do saber médico e do poder que ele passou a exercer sobre a vida social e biológica no início do século 19.” (Barreto, 2016, p. 21).

Assim, o que se segue nas próximas páginas desse ensaio, é uma contextualização histórica que busca retomar as discussões políticas acerca da deficiência, ligando-as a sua origem biomédica e, biopolítica (Pagni, 2023), a fim de tecer tais discussões as questões políticas e educacionais de nossa contemporaneidade.

Para isso, apresenta-se as considerações de Barreto (2016), acerca dos primeiros movimentos protagonizados por pessoas com deficiência que visaram a contestações do poder hegemônico do conhecimento médico sobre seus corpos, construindo as bases para uma compreensão sócio-política da deficiência.

A autora destaca a importância dos movimentos ocorridos na Inglaterra na década de 1960 que, consolidou o *Disability Studies* e o Modelo Social Inglês, em relação a esse primeiro rompimento com o saber médico. Porém destaca que esse deslocamento, não esteve isento de contradições e tendências de totalizar a deficiência a uma compreensão atrelada ao materialismo histórico.

O deslocamento das narrativas médicas em direção às narrativas sociológicas sobre a deficiência permitiu a construção de um novo status social destinado a estes indivíduos, aproximando-os dos debates político e culturais. No entanto, essa mudança conceitual não esteve desimplicada de contradições e descontinuidades acabando por sustentar o risco de reificação e do (re)aprisionamento a um modelo igualmente essencializado e estático da

deficiência. (Barreto, 2016, p. 21)

Assim, a próxima sessão do ensaio, utiliza dessa reflexão crítica de Barreto (2016) acerca das primeiras formulações sociológicas acerca da deficiência e das contribuições de Pagni (2023) a respeito do caráter biopolítico das atuais políticas de inclusão, essas últimas, ainda muito centradas em uma interface clínica-educacional, a fim de iniciar as discussões políticas contemporâneas acerca da deficiência.

### 3. DO BIOLÓGICO AO *BIOS POLITIKOS*: UMA ALTERNATIVA DISCURSIVA EM MEIO AOS DETERMINISMOS SOCIAIS E BIOLÓGICOS

Retomando os aspectos históricos que rodeiam esse deslocamento do campo da deficiência para o campo sociológico, Barreto (2016) destaca a importância do movimento inglês ocorrido nos anos finais da década de 1960 que colocou em pauta as questões acerca do protagonismo da pessoa com deficiência sobre as decisões que dizem respeito a sua própria vida, bem como a reivindicação pela ampliação e a manutenção de seus direitos cívicos.

Por mais que não tenha sido um movimento isolado, em outras partes do mundo pode-se observar discussões de base teórica que também buscavam esse distanciamento entre o conhecimento biomédico e a deficiência, como o caso da abordagem cultural no Estados Unidos. O movimento inglês se destaca por, em primeiro lugar, ser protagonizado por pessoas com deficiência e, em segundo lugar, por preocupar-se com uma sistematização teórica acerca das formulações levantadas por esse movimento (Barreto, 2016).

Como afirma Barreto (2016), o marco inicial de tal movimento se localiza no ano de 1976, por meio da formação da *Union of Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) por Hunt e Finkelstein, ambos pesquisadores e deficientes físicos, que, iniciaram tal movimento político, inspirados pela grande onda de movimentos civis por parte de grupos socialmente minoritários em busca de, dentre outras bandeiras, da afirmação de uma autoimagem positiva e uma identidade de grupo que se opusesse a perspectiva negativa que esses assumiam em face ao contexto histórico-cultural de descrédito social.

Assim, lemas como *blackpower*, *black is beautiful*, *glad to be gay*,

*sisterwoodis powerfull* ilustram esse sentimento de fortalecimento através da identificação com um modelo positivo da autoimagem em oposição aos estereótipos de inferioridade difundidos como estratégia de dominação.

Pagni (2023), afirma que, nas lentes de Foucault, tais estereótipos estão associados com a ascensão da psiquiatria enquanto saber que instrumentaliza formas de exclusão e reclusão de sujeitos desviantes, por meio de uma estigmatização de tais indivíduos que os marquem com os “signos da anormalidade”. Instrumentalização esse que, pela influência desse mesmo saber psiquiátrico acaba por articular demais saberes como a jurisprudência, a sociologia, a psicologia e, também a pedagogia.

Afinal, são esses saberes que visam a caracterizar o desvio desses corpos e etiqueta-los com um dos signos da anormalidade, para, então, submeter a sua condição de inscrição a um registro de suporte científico através do qual podem ser representados socialmente e governados por artes capazes, se não de corrigi-los, ao menos de isolá-los do mundo social, abandoná-los à própria sorte ou ainda, incluí-los na engrenagem produtiva.” (Pagni, 2023, p. 39).

Dessa forma, tal representação negativa, deve ser encarada como fruto desse investimento médico e técnico-científico, sobre esses grupos minoritários. Daí a importância de considerar as condições de opressão vivenciada por tais sujeitos como fator unificador de suas lutas (Barreto, 2016).

Opressão essa que, como afirma Barreto (2016) é a segunda pauta comum entre os movimentos das décadas de 1960 e 1970, onde, as situações de desigualdade social oriunda de tal opressão, precisava ser “desnaturalizada” (Barreto, 2016, p. 28).

Para os militantes dos direitos civis de 60-70, a condição de desigualdade

social precisava ser desnaturalizada: elas eram fruto da exploração e da imposição de poder de alguns indivíduos sobre outros e não uma condição inerente à determinada raça ou sexo. Fazia-se necessário levar a discussão para o campo político e centrar a luta na conquista de direitos que garantissem condições de igualdade social e econômica aos grupos marginalizados da sociedade. (Barreto, 2016, p. 28).

É nesse contexto que as primeiras formulações políticas sobre a deficiência aparecem em cena pelo discurso militante dos membros das UPIAS, que, estabeleceu a importante separação entre a deficiência (*disability*), como produto da opressão social e a lesão (*impairment*), representada por aspectos biológicos que, por si só, não mais representava essa condição humana de desigualdade social, dependendo assim, de como esses aspectos biológicos eram traduzidos dentro do contexto socio-relacional em que a pessoa com deficiência se encontrava (Barreto, 2016, Omote; Cabral, 2021).

Para os membros da UPIAS, deficiência era resultado de uma situação de exclusão daqueles indivíduos que mantinham algum tipo de lesão e que por isso não se encaixavam nas expectativas de aparência e desempenho para o trabalho (Tregaskis, 2002). Assim, a deficiência não vinha da lesão corporal e das características biológicas desta, mas da situação de *opressão* enfrentada pelos indivíduos portadores de algum tipo de lesão no seio da sociedade capitalista. (Barreto, 2016, p. 30).

Como exposto acima, o movimento social inglês, foi de extrema importância para a consolidação de uma abordagem social da deficiência que se opunha às compreensões médicas e individualista da deficiência que, imputava sobre a lesão e

sobre a pessoa que a “carregava” a responsabilidade por sua situação de opressão/exclusão (Barreto, 2016).

Dentre suas principais contribuições estão a formalização do termo Modelo Social da deficiência, termo esse carrega das intenções política do período, como a independência e autonomia para tomarem as decisões acerca de suas próprias vidas, utilizado amplamente em várias regiões do planeta, inclusive no Brasil, quando objetiva-se um discurso que fuja das narrativas médicas e negativas da deficiência. Além de cunhar uma tradição de estudos sociológicos da deficiência representada pelos *Disability Studies* (Barreto, 2016).

Problematizando, porém, esse primeiro movimento, Barreto (2016) destaca que, ao longo dos anos e com a adesão de pautas do movimento feminista e de novos estudos e correntes filosóficas oriundas da pós-estruturalismo, alguns dos princípios do modelo inglês começaram a ser contestados e reformulados.

O primeiro deles, diz respeito a exclusão, de certa forma indireta da lesão (*impairment*) das discussões de cunho político e social. Como afirma a autora (Barreto, 2016), o “projeto unificador” que congregava a deficiência a ideia de opressão, acabou por apagar a grande diversidade presente nesse grande grupo de pessoas com deficiência, pessoas essas com necessidades e pautas diferentes das propostas pelos primeiros pensadores do movimento, principalmente no que diz respeito a autonomia e sua relação com a independência.

Indo mais afundo nas discussões acerca do apagamento da lesão, Barreto (2016) destaca que, o discurso militante, ao tentar apagar tal interface biológica, acaba por recorrer a um determinismo social que apaga a individualidade de grande parte das pessoas com deficiência, principalmente, aquelas que apresentam quadros de maior comprometimento, necessitando de maior auxílio e

acompanhamento ao longo da vida.

As preposições da inclusão escolar deixam a entender que as modificações do meio (físico, atitudinal, pedagógico) pode suprimir ou mesmo deletar os impactos provocados pela lesão corporal em si. É como se para fugir do determinismo biológico, fosse preciso investir na sua oposição radical: O determinismo social. (Barreto, 2016, p.50).

Para a autora, esse apagamento da lesão, também remonta a ideia de apagamento da própria deficiência, pois, ao recorrer a tal determinismo social, recolocamos o mesmo problema correção levantado pela visão clínica que buscava corrigir a pessoa com deficiência afim de reintegrá-la a sociedade, apenas invertendo tal relação, onde uma sociedade sem barreiras, poderia eliminar a deficiência de nossa diversidade humana: “troca-se uma explicação pela outra, muda-se o ponto de referência, mas as questões permanecem as mesmas: Onde reside a deficiência? E o que devemos fazer para eliminá-las?” (Barreto, 2016, p. 50).

Tais questões acerca do social e do biológico, retomam as discussões de Canguilhem (2009) sobre o meio e o indivíduo, demonstrando a dificuldade moderna em quebrar com as dualidades presentes nos embates modernos sobre a deficiência, seja as dualidades entre biológico e social, seja as referentes a diferença e sua interrelação com o público e o privado (Arendt, 2017), tais dualidades, vão contra as compreensões de Canguilhem, ao afirmar seu princípio de normatividade com algo que ultrapasse o entrecruzamento das casuísticas meio e organismo localizando-a como um agenciamento dinâmico e subjetivo.

Assim, a presente sessão do artigo, pretende ser o elo entre os caminhos teóricos tomados nas sessões anteriores e, as discussões contemporâneas sobre a ação política da pessoa com deficiência que iniciaremos a partir da formação do Coletivo PCDs da UFSCar.

Assim colocamos em foco o modelo social da deficiência e suas contradições, sobre o discurso político e militante de estudantes com deficiência (Barreto, 2016), bem como problematizamos a interface clínica-educacional enquanto aparelhagem biopolítica (Pagni, 2023). Por fim, projetamos a Universidade como Arena de pública de debate (Mainardes, 2006), a fim de demonstrar o processo democrático pelo qual se colocam em embate as demandas de tais educandos e os poderes instituídos da universidade (Köche, 2017).

#### **4. A TESSITURA DE UM DISCURSO POLÍTICO EM PROL DO MOVIMENTO ANTE A ESTAGNAÇÃO POLÍTICA DE NOSSA CONTEMPORANEIDADE**

Até então, falamos em linhas gerais sobre os temas que nos ajudam a compreender essa construção dinâmica acerca da deficiência e as implicações éticas, subjetivas e relacionais que impactam sobre as vidas de uma grande diversidade de pessoas integrantes dessa grande população que contemporaneamente nomeamos enquanto pessoas com deficiência.

Assim, contextualizamos e exploramos o fenômeno da deficiência, enquanto resultante do histórico avanço da modernidade e do estabelecimento de uma normatividade sobre o corpo social que excluí a diferença das arenas de participação política (Barreto, 2016; Arendt, 2017; Pagni, 2023; Canguilhem, 2009).

Em nome de tal ordem vigente, há a exigência por parte da realidade neoliberal em que vivemos, da criação espaços e instrumentos de docilização e disciplinamento desses sujeitos “ingovernáveis” a fim de que, biopoliticamente, tais sujeitos tenham a garantia de permanecerem vivos, porém não atuantes nos espaços coletivos a fim de não alterarem essa ordem vigente que rege nossa sociedade (Foucault, 2006; Pagni, 2023).

Em termos políticos e legislativos, tal realidade, conforme tenciona Pagni (2023), traduz-se em uma vasta legislação que institui o corpo do que temos chamado de “políticas de inclusão”, políticas essas, ainda alicerçada em uma base que compreende a diferença dentro do paradoxo entre o “normal e o patológico” (Canguilhem, 2009), instituindo assim uma educação corretiva e compensatória a educandos com deficiência, que visa a adapta-los ao meio social, por vias de uma concepção médico-patológica, apoiada no saber e no conhecimento técnico

científico que fundou no século 19, a clínica moderna (Foucault, 2006).

Em oposição a tal concepção que, mesmo em nossa contemporaneidade, ainda apresente grande força discursiva na busca pela totalização de nossa sociedade em tal normatividade patológica. Apresentou-se as formas de luta e engajamento sobre as quais as pessoas com deficiência, somadas as pautas de demais grupos socialmente minoritários, almejam seu direito de participação e a afirmação do protagonismo sobre suas próprias vidas (Barreto, 2016).

Nesse sentido, o encerramento de tal ensaio, almeja discutir o movimento protagonizado por educandos com deficiência dentro dos espaços da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que fundou o Coletivo de Pessoas com deficiência da UFSCar, nomeado como Coletivo PCDs da UFSCar, onde o envolvimento em discussões e o interesse comum em uma universidade mais humana e acolhedora, foram o ponto disparador da escrita do presente texto.

Em uma breve contextualização acerca da fundação tal coletivo, destaca-se que seu surgimento ocorreu em meio a contexto da pandemia da COVID-19, onde, os riscos à saúde coletiva, fizeram com que a UFSCar, assim como demais instituições de ensino superior (IEFs), recorresse à oferta de seus cursos na modalidade de Ensino não Presencial (ENP).

Dentro desse desafiador cenário, onde o ensino planejado outrora para ocorrer nos espaços físicos de seus campi, necessitou ocorrer dentro do lar de cada estudante, independentemente de seu contexto social, econômico, cultural e de suas trajetórias acadêmicas tão singulares. Em um movimento que, aos olhos do presente autor, se assemelha muito a clássica relação entre as esferas pública e privada destacadas por Arendt (2017).

Onde a insegurança de viver no coletivo, e abdicar assim, das seguranças e

necessidades que mantêm nossas vidas enquanto espécie, faz-nos retomar a aquilo que nos é familiar e privativo, que, nessa ocasião sem precedentes que fez com que, na atitude protegermo-nos, recluindo-nos em nossas casas, fosse também um ato político de resistência.

Assim, em vistas de ampliar o olhar sobre os estudantes em vulnerabilidade e, no caso da pessoa com deficiência, também em “fragilidade” social. Foi proposto pela Secretária Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) da UFSCar, espaços de diálogo a fim de levantar as demandas e necessidades de tais estudantes frente a tal adversidade, bem como, sugerir e instrumentalizar propostas que reduzissem possíveis desigualdades que acarretariam no risco de abandono e evasão de tais estudantes de suas jornadas acadêmicas.

Missão essa que segundo Cabral (2018), constitui o principal objetivo das políticas de ações afirmativas no sistema da Educação Superior, onde, para além do acesso de pessoas representantes de tais grupos sociais minoritários, almeja-se garantir sua permanência e titulação, traduzindo tais políticas em ações que visem o sucesso acadêmico e formativo de tais sujeito.

Como registrado por diferentes autores participantes de tal espaço de construção coletiva. Os encontros geraram grande documentação que, em trabalhos futuros poderão ser analisados em vias de melhor compreender os discursos produzidos nesse movimento de abertura onde, as demandas de tais estudantes “olvidados” pelo sistema de ensino, foram colocadas como foco transformador da universidade e seus fazeres instituídos (Köche, 2017)

Por hora, apresenta-se a análise realizada pela presente pesquisa em relação as reflexões que tal movimento, bem como a participação e escuta, que demais eventos organizados pelo Coletivo PCDs, possibilitaram, para a

compreensão da universidade como espaço de reprodução de violências simbólicas e cotidianas, representadas pelo capacitismo, bem como o potencial do ensino superior, enquanto importante contexto para o fomento e estímulo da pessoa com deficiência enquanto cidadão participante das arenas políticas de debate.

O registro inicial de tal discussão pode ser encontrado no artigo “Alguns fundamentos para a acessibilização na pós-graduação” (Pereira; Lima; Cabral, 2023), escrito em colaboração com membros do Grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação e Acessibilidade (GP-Idea), presentes nos anais do 10º Congresso de Educação Especial (CBEE) realizado no ano de 2023.

Onde, por meio de um quadro teórico fundamentado nos conceitos de alteridade de Emmanuel Lévinas; na ética de Brauch Spinoza; na análise institucional de Gregorio Barembly e na Abordagem do ciclo de políticas (ACP) de Stephen Ball. Buscou-se problematizar, por meio da fala de gestores, a complexa articulação intersetorial envolvida na construção de normativas que visavam a democratização do ensino superior.

Como nos aponta Mainardes (2006) ao apresentar a ACP de Ball (1992) como importante ferramenta analítica para a compreensão do processo dinâmico envolvido na elaboração de políticas públicas no contexto educacional. O processo de produção de um texto político, não pode ser considerado como algo estático onde há uma separação e coerência entre o a escrita do texto e sua execução pelos profissionais que estão no domínio da prática.

Muito pelo contrário Mainardes (2006) demonstra que o autor, guiado por um referencial foucaultiano, considera o texto político e a palavra como “ato de tradução”, assim, o texto político não pode ser dissociado dos profissionais que o traduzem na prática para seu contexto de ação profissional.

É válido destacar que, a Abordagem do Ciclo de Políticas, pressupõe que, em suas três etapas, há o constante embate entre grupos políticos com interesses distintos sobre os rumos que as políticas educacionais devem seguir (Mainardes, 2006).

Esses embates, remontam, o movimento apresentado por Köche (2017), acerca do processo democrático pelo quais, as demandas de grupos minoritários, vão ganhando voz e, inscrevendo-se no campo jurídico afim de que, suas pautas identitárias e subjetivas possam vir à tona e reduzir suas situações de vulnerabilidade.

Como aponta o autor (Köche, 2017), a democracia em seu sentido ideal, remonta a esse jogo que, por mais que não exclua a possibilidade de cairmos em totalitarismos, permite a construção de contrapoderes que venham a transformar nossa realidade, contestando o que está instituído, a fim de permitir que novas existências possam ganhar contornos políticos.

Quanto a essa última análise, Pagni (2023), destaca que, esse movimento, retoma o princípio clássico de democracia, onde as diferenças eram encaradas de forma qualitativa, no sentido que Arendt (2017) destaca de individualização em meio aos iguais, essas diferenças essas que possibilitavam a transformação da vida na *pólis*.

Em oposição a tal prática democrática, o sistema neoliberal, resume a democracia em termos da vontade da maioria, em um processo que busca a isonomia quantitativa (Pagni, 2023), isonomia essa, semelhante ao processo descrito por Arendt (2017) como o conformismo inerente ao social, quando esse, absorveu as esferas públicas e privadas e, de certa forma, aniquilou o caráter de individualização política, resumindo essa última, a manutenção dos interesses

econômicos da nação, atividade essa, antes relegada a administração familiar e aos assuntos domésticos.

Em meio a essa lógica neoliberal, muitas vezes, a adesão política de certas pautas e direitos de minorias sociais, não está ligada aos princípios de transformação democrática da coletividade, pelo contrário, como aponta Pagni (2023), essa adesão, resume-se na absorção, de tais pautas para a manutenção da ordem vigente, por meio dos dispositivos do biopoder, que oferece a essas existências assimiladas, proteção, em face de que, as demais existências que se oponham a esse enquadramento político.

Assim, esses dispositivos oferecem certa segurança às existências singulares ou comuns que os encarnam, em troca de sua integração a racionalidade política, e as leis e normas instituídas nos jogos do biopoder em curso. Por sua vez, aquelas existências que não se assujeitam a isso permanecem a margem da governamentalidade da população como povo, estando sujeitas a toda sorte de violências, ostensividade, sendo tratadas como caso de polícia ou, então, de omissão mesmo por parte do governo estatal, deixando os à própria sorte, numa vida de exceção e com risco de morte, contrariando a aposta do fazer viver da biopolítica. (Pagni, 2023, p. 66).

É válido destacar que, nessas duas perspectivas diferentes de democracia, a ateniense e a moderna, a educação, enquanto sua função e suas intencionalidades, ganha também, sentidos opostos e contraditórios. Se por um lado, na paideia grega, essa era vista como processo que vinha a auxiliar no governo de si do futuro cidadão, sendo etapa fundamental para a construção de seu *ethos* (Pagni, 2023; Manacorda, 1989).

A educação moderna, principalmente no que diz respeito a educação especial, aproximou-se cada vez mais da proposta clínica e corretiva que visa a apagar ou a isolar a pessoa com deficiência dos espaços político-participativos (Barreto, 2016, Pagni, 2023).

Como afirma Barreto (2016), foi por meio do advento das tecnologias de reabilitação que o médico, acabou por, já no século XX, expandir seu domínio, que não mais se restringia ao leito do hospital e sua finalidade de cura, invadindo toda uma esfera da vida do sujeito por meio do tratamento ao longo da vida. Práticas reabilitadoras que, lançam mão de uma interface entre medicina e educação que transforma médicos em educadores e educadores em médicos.

Assim, é sobre esse contexto da racionalização científica biológica e política que, estudante com deficiência, tentam articular suas pautas e existências ao contexto educacional do ensino superior.

Nesse contexto, muitas críticas são feitas à universidade por reproduzir violências a esses educandos que não se enquadram no modelo ideal de aluno projetado para fazer uso dos espaços e currículos da universidade.

Vivências essas que, exigem muito mais uma assimilação de tal realidade por parte desses alunos que, por várias vezes utilizam de ferramentas sociais e psicossociais a fim de apagar suas diferenças à vista dos outros, e construir uma existência marginal, por mais que enrustida por uma visão socialmente idealizada de inclusão.

Longe de extinguirmos a temática, faz-se necessário uma maior problematização sociológica e filosófica das relações políticas da pessoa com deficiência que, em estudos futuros possam ultrapassar as presentes formulações teóricas por meio de uma análise de dados da realidade objetiva de tais estudantes.

O presente ensaio assim, representa muito mais uma intenção de aproximação do campo filosófico para as discussões de participação política, primeira aproximação que, ao relacionar-se com uma realidade objetiva no futuro, possa trazer transformações nas trajetórias de vida e acadêmicas de alunos com deficiência, por meio da reconfiguração política, institucional e simbólica da universidade pública.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção de tal ensaio foi sem dúvida um desafio. Por mais que extremamente incompleto e com muitas fragilidades, em minha visão, seu principal mérito está no rompimento com o pragmatismo acadêmico que ronda nossas produções sobre as pessoas com deficiência.

Foi nesse sentido que tomei como desafio, fazer de meu TCC uma atividade de pensamento em oposição a produção de um conhecimento prático, instrumental e cientificamente validado.

Essa escolha, revelou a grande dificuldade de registrar essa busca de sentido natural de nós seres humanos que nos movimentamos sobre o mundo e a grande fragilidade desse nosso pensar em meio as provocações cotidianas, provocações essas que foram a base para essa minha primeira produção.

Foi apenas vivendo dentro dos muros da UFSCar e demais instituições de ensino que pude virar testemunha da opressão vivida por pessoas com deficiência em diferentes contextos e, de forma mais profunda, dentro dos contextos de ensino, voltando esse meu olhar que ao longo do tempo foi se tornando cada vez mais rigoroso e qualificado.

É nesse sentido que, proponho compreender a deficiência, assim como as demais diferenças como formas potentes de vida que tendem a transformar nossa

coletividade quando encarradas enquanto consciências políticas e não apolíticas.

É em compreender essa energia transformadora presente em cada ser humano que considero esse ato de pensar, de buscar sentido no mundo, como fundamental para nossa tomada de decisões e de nosso consciente engajamento no mundo político e seus infindáveis confrontos.

Como pude refletir ao me aproximar dos pensamentos de Hannah Arendt, Paulo Freire e Foucault, todo o dia quando acordo sou desafiado a refletir e a fazer escolhas acerca daquilo que devemos manter e renovar neste mundo.

Não cabe a mim, homem singular, direcionar minhas ações a fim de alcançar aquilo que almejo, mas cabe-me a responsabilidade de, em meio a tais reflexões, inscrever minhas verdades em nossa coletividade a fim de possibilitar minha transformação enquanto sujeito, e a transformação da sociedade enquanto plural e não homogênea.

## REFERÊNCIAS

- Amado, J. **Capitães de Areia**. ed. São Paulo: José Olympio, 1937.345 p.
- Arendt, H. **A Condição Humana**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. 403 p.
- Ball, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. 1 ed. Buckingham: Open University Press.1994. 164 p.
- Barreto, E. **O Corpo Rebelado: Autonomia, cuidado e deficiência física** 1 ed. Curitiba: Appris, 2016. 268 p.
- Cabral, L. S. A. (2018). **Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro**. Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 33.
- Canguilhem, G. **O Normal e o Patológico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 129 p.
- Foucault, M. **O Nascimento da Clínica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 241 p.
- Freire, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.
- Freire, P. **Pedagogia da Autonomia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 139 p.
- Köche, R. **Direito a Alteridade: Democracia e Desigualdade nos Rastros da (in) diferença**. 1 ed. São Paulo: Liber Ars, 2017. 160 p.

Leite, L. P., Cabral, L. S. A., Lacerda, C. B. F. (2023). **Concepções sobre deficiência em instituições públicas e privadas da Educação Superior.**

**Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 118.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/p9TrN437Ggdbdt6HNpq5nYf/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Mainardes, J. (2006). **Abordagem do ciclo de políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, 27(94), 47–69.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtVxYtCQHCJFyhsJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 jul. 2023

Manacorda, M. A. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 2 ed.

São Paulo: Cortez, 1989. 382 p.

Omote, S. et Cabral, L. S. A. (2021). **Trajetória de Construção de uma**

**Abordagem Social das Deficiências.** 1. ed. São Carlos: EdEsp, v. 1. 140 p.

Coleção Sadao Omote. Disponível em:

<<https://www.idea.ufscar.br/materiais/memorial/sadao-omote-acessiveis/omote-cabral-volume-01-trajetoria-de-construcao-de-uma-abordagem-social-das-deficiencias.pdf>>.

Pagni, P. A. **Retratos Foucaultianos da Deficiência e da Ingovernabilidade na**

**Escola:** Do governo das diferenças a outro paradigma da inclusão. 1 ed.

Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. 307 p.

Pereira, A. P. M.; Lima, A. H. et Cabral, L. S. A. Alguns fundamentos para a

acessibilização na pós-graduação. *In*: CONGREÇO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL , 10., 2023, São Carlos. Anais do 10° CBEE São Carlos: UFSCar, 2023 p. 1-15.

Poe, E. A. **Histórias Primordiais**. São Paulo: Novo Século, 2020. 111 p.

Rosa, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. 624 p.